

I – Credor: BANCO DAYCOVAL S.A. , instituição financeira com sede na Avenida Paulista, nº 1.793, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob n.º 62.232.889/0001-90.			
II – Emissor: DANIEL VIEIRA DE SOUZA FILHO			
E-mail:	CPF: 013.646.908-61	RG: 13550370-0	Dt de Nasc: 12/01/1961
Endereço: RUA AGOSTINHO NAVARRO, 971, - UMUARAMA	CEP: 06140-000	Cidade: OSASCO	UF: SP
III – Características da Operação:			
a) Valor Principal do Crédito: R\$ 3.427,28	b) IOF: R\$ 105,43	c) Tarifa de Cadastro: R\$ 0,00	d) Juros: R\$ 3.292,72
e) Taxa de Juros Prefixada: 1,7445 % a.m (30d) 23,0637 % a.a (360d)	f) Valor total a pagar com Juros: R\$ 6.720,00	g) Número de parcelas: 84	h) 1º Vencimento até: 10/06/2021
i) Previsão último Vencimento: 10/05/2028	j) Valor de cada parcela: R\$ 80,00	k) Custo Efetivo Total (CET): 1,84% a.m. 24,82% a.a	l) Seguro: () Sim (X) Não Tipo:
m) Valor Líquido: R\$ 3.321,85	n) Desembolso: () Ordem(ns) de pagto. (X) Crédito em c/c beneficiário	o) Nome do Beneficiário: DANIEL VIEIRA DE SOUZA FILHO	
CPF ou CNPJ do Beneficiário: 013.646.908-61	Banco: 237	Agência: 0127	Conta corrente: 032604-6
p) Correspondente no País: LEWE NEGOCIOS EIRELI - EPP			CNPJ: 13.054.592/0001-76
Nome do agente: GABRIEL DOTTI MADURO DA SILVA			CPF: 317.823.938-38
IV – Refinanciamento (conforme condições descritas no item III):			
Saldo devedor total: R\$	Contrato(s) nº(s):		
V – Pagamento a terceiros/Portabilidade:			
Saldo devedor total: R\$	Beneficiário:	Contrato(s) nº(s): N/A	
VI – Desconto: (X) folha de pagamento		Nome do Empregador: INSS AUMENTO	CNPJ: 29.979.036/0001-40

VII – Promessa de pagamento: Nas datas de Vencimento, pagarei por esta Cédula de Crédito Bancário ("CCB") ao Credor ou à sua ordem, na Praça de São Paulo/SP, a quantia líquida, certa e exigível mencionada no item III, "f", em moeda corrente nacional, nas datas e condições aqui estabelecidas. Esta CCB, cuja via negociável será exclusiva do Credor e regida pelas condições deste instrumento. "Vencimento" significa data de efetivo repasse de recursos ao Credor pelo Empregador e não a data de seu desconto. O termo "CCB" significa esta Cédula de Crédito Bancário e todos os seus aditivos.

1. O Valor Líquido (item III, "m") será aquele a ser creditado ao Emissor na forma definida na letra "n" do item III acima, exceto se o empréstimo for destinado à quitação de dívidas perante o Credor ou terceiros (itens IV ou V), quando então o valor corresponderá à diferença entre: a) o valor líquido acima descrito; e b) o valor pago para quitação da dívida ou a terceiros. 1.1. Não haverá liberação de recursos no caso de portabilidade de crédito. 1.2. As condições do empréstimo descritas no preâmbulo poderão sofrer alterações, em razão do prazo decorrido entre a simulação do empréstimo e a efetiva liberação de recursos ao Emissor, Credor ou terceiros (item III, "e", "k", "m, e "n") ("Data da Liberação") e serão indicados na planilha do Custo Efetivo Total (CET) enviada ao Emissor por SMS e/ou e-mail, na data da aprovação da operação. 1.3. O Emissor autoriza, de modo irrevogável a) o Empregador a descontar em folha de pagamento ou na sua remuneração disponível os valores referentes aos pagamentos da CCB; b) o INSS a proceder os descontos no benefício previdenciário dos valores referentes aos pagamentos da CCB, em favor do Credor, conforme previsto nos arts. 1º e 6º da Lei 10.820/03 e art. 154, VI do Decreto 3048/99. 1.4. O Emissor declara que a) recebeu antes da assinatura da CCB a planilha preliminar do CET; b) foi informado de forma clara, precisa e adequada os termos e condições da operação, incluindo o CET; c) o CET fixado na Planilha é expresso na forma de taxa percentual anual e inclui a Taxa de Juros Prefixada, Tarifa de Cadastro e IOF aplicáveis à CCB; d) poderá solicitar uma cópia da Planilha a qualquer tempo pelo SAC ou meios eletrônicos disponibilizados pelo Credor. 1.5. Sobre o Valor Principal do Crédito incidirão juros remuneratórios capitalizados diariamente à Taxa Prefixada no item III, "e", desde a Data da Liberação até a data da integral liquidação desta CCB junto ao Credor. 1.6. As parcelas serão devidas mensalmente, em seus Vencimentos e os juros serão calculados e capitalizados proporcional para períodos inferiores a 30 dias. 2. O Emissor obriga-se a pagar ao Credor o IOF e a Tarifa de Cadastro fixados no item III, também em caso de Refinanciamento, sendo calculado o IOF complementar sobre o saldo devedor total conforme a legislação, o que alterará o valor líquido. 2.1. Não haverá incidência de tarifas para empréstimos a aposentados e/ou pensionistas do INSS e/ou do Exército e demais Empregadores que tenham essa vedação. 3. O Emissor poderá liquidar antecipadamente o empréstimo, com redução proporcional de juros, devendo o valor presente ser calculado com a utilização da Taxa de Juros Prefixada no item III. 3.1. O boleto de liquidação antecipada poderá incluir parcelas já descontadas e

não repassadas ou previstas para descontos (parcelas em trânsito). Caso se identifique o desconto de alguma parcela após a liquidação do empréstimo, o valor descontado será devolvido ao Emitente, em até 15 dias, a contar da comprovação do desconto ou conforme determinado pelo Empregador. 4. Sobre qualquer valor devido e não liquidado pontualmente incidirão automaticamente, a Taxa de Juros Prefixadas, juros de mora de 1% a.m., multa moratória de 2%, desde a data do Vencimento até a data do integral pagamento e honorários advocatícios arbitrados pelo Poder Judiciário. 4.1. Poderá o Credor, de acordo com as regras do Empregador, a seu critério, desmembrar as parcelas originalmente pactuadas, adicionando parte ou o total de seu valor ao valor das parcelas em aberto, as quais terão sua quantidade mantida e seu vencimento prorrogado, caso a consignação não seja realizada por qualquer motivo, inclusive: a) cancelamento do benefício previdenciário pelo Empregador; b) suspensão temporária ou permanente de parte ou totalidade dos proventos; c) falta de desconto de valores pelo Empregador, na data de vencimento de cada prestação; ou d) perda de parte da remuneração que acarrete diminuição da margem consignável. 4.1.1. Nos casos previstos na Cláusula 4.1, o Emitente pagará o empréstimo mediante boleto bancário ou débito em conta informada no seu cadastro ou outras de sua titularidade. 4.1.2. O Emitente não será considerado inadimplente e/ou cobrado se não for repassado ao Credor o valor integral das parcelas averbadas e descontadas pelo Empregador, sendo vedado ao Credor a adoção de atos de cobrança relacionado a parcela, incluindo a realização de débito na sua conta e/ou sua inscrição nos cadastros restritivos de crédito. 4.2. Em caso de desconto parcial de parcela, o Emitente autoriza o Credor, de forma irrevogável a averbar parcialmente vários descontos parciais para efetivar o pagamento integral de cada parcela, devendo o Emitente usar a senha pessoal nos sistemas para incluir/averbar cada desconto parcial. 5. O empréstimo formalizado nesta CCB será declarado automático e antecipadamente vencido, independente de notificação ou formalidade, mediante: a) não pagamento pontual de qualquer parcela inclusive em decorrência de impossibilidade ou cancelamento da consignação; b) se for constatada a falsidade ou incompletude de qualquer informação ou documento fornecido ao Credor; c) insolvência do Emitente; d) inscrição do Emitente em órgão de restrição ao crédito; e) protesto não sustado ou execução não suspensa dentro do prazo legal contra o Emitente; f) demais hipóteses previstas em lei. 6. O Emitente, caso ocorra a sua aposentadoria na vigência da CCB, autoriza o Credor, de forma irrevogável e automática a averbar os descontos das parcelas em aberto no benefício previdenciário administrado pela autarquia do Regime Próprio de Previdência Social a que o Emitente esteja afiliado. 7. O Emitente declara, sob as penas da lei que: a) possui margem consignável e recursos para quitação do empréstimo desta CCB; b) manterá seus dados cadastrais e os dados de sua conta atualizados, apresentando ao Credor a documentação solicitada; c) o Credor poderá utilizar quaisquer créditos, saldos ou aplicações de titularidade do Emitente para amortização dos débitos desta CCB; d) todas as condições e riscos desta CCB foram por ele compreendidos e discutidos; e) o Credor está autorizado a ceder e endossar, no todo ou em parte, seus direitos e garantias da CCB a terceiros e prestar informações sobre o Emitente. 8. Na hipótese de rescisão do vínculo empregatício, 30% das verbas rescisórias deverão ser descontadas e repassadas pelo Empregador ao Credor para amortização do saldo devedor líquido, considerado como o valor presente das parcelas vincendas na data da amortização, descontado à Taxa de Juros Prefixada referente ao período não utilizado em razão da liquidação antecipada, a ser informado pelo Credor ao Empregador, por escrito ou meio eletrônico, devendo o Emitente pagar o saldo restante ao Credor se a quantia descontada for insuficiente para a quitação integral da CCB. 9. O Emitente concorda, de forma irrevogável que, na hipótese de morte ou invalidez, o Credor poderá também utilizar o produto de indenização de seguro para amortizar o empréstimo, ficando este, os seus herdeiros e sucessores responsáveis solidários pelo saldo devedor remanescente, observado as regras do Empregador. 9.1. A tolerância por parte do Credor do descumprimento de qualquer obrigação desta CCB será considerada mera liberalidade, não constituindo novação, alteração ou precedente. 10. Eventual alteração de cláusulas deverá ser objeto de aditivo assinado pelas partes. 11. As partes obrigam-se por si e seus sucessores, ao cumprimento da CCB. 12. O Emitente para fins de notificação, citação ou intimação, nos termos dos arts. 190, 246, V e 513, §2º, III, do CPC, informa o e-mail indicado no item II. 12.1. O Emitente obriga-se a manter válidos e atualizados os endereços indicados no item II durante a vigência da CCB, sob pena de considerarem-se válidas as comunicações enviadas. 13. O Emitente autoriza, de modo irrevogável, o Credor, as empresas integrantes do grupo econômico do Credor, as instituições que possam consultar o Sistema de Informações de Créditos ("SCR") do Banco Central do Brasil ("BCB") nos termos da regulamentação vigente, e que adquiram ou recebam em garantia, ou manifestem interesse de adquirir ou receber em garantia, total ou parcialmente, operações de crédito de responsabilidade do Emitente, a consultar as informações consolidadas sobre essas operações. 13.1. O Emitente declara-se ciente de que a) o SCR tem por objetivo prover informações ao BCB, para fins de monitoramento do crédito no sistema financeiro e para o exercício de suas atividades de fiscalização e propiciar o intercâmbio de informações entre instituições financeiras, conforme art. 1º, § 1º da Lei 105/2001, sobre o montante de responsabilidades de clientes em operações de crédito, b) os dados das operações de crédito do Emitente serão registradas pelo Credor no SCR, c) são de exclusiva responsabilidade das instituições remetentes as inclusões de informações no SCR, a identificação de operações de crédito que se encontrem sub judice, o cumprimento de determinações judiciais, fornecimento de informações dessas determinações e o registro de manifestações de discordância apresentadas pelos contratantes, bem como de outras condições e anotações necessárias a garantir a completude, a fidedignidade e a integridade da informação sobre operações de crédito, e d) o procedimento a ser adotado pelo Emitente junto ao Credor para correção ou exclusão de informações remetidas pelo Daycoval ao SCR, o cadastramento de medida judicial e o registro de manifestação de discordância quanto às informações remetidas pelo Credor ao SCR deverá ser verificado pelo Emitente junto ao SAC Daycoval. 14. Fica eleito o Foro da Comarca do local de emissão desta CCB para solução de conflitos.

Local e data: Oranco, 12 de maio

Emitente:

Daniel Viana de Souza ASSINATURA

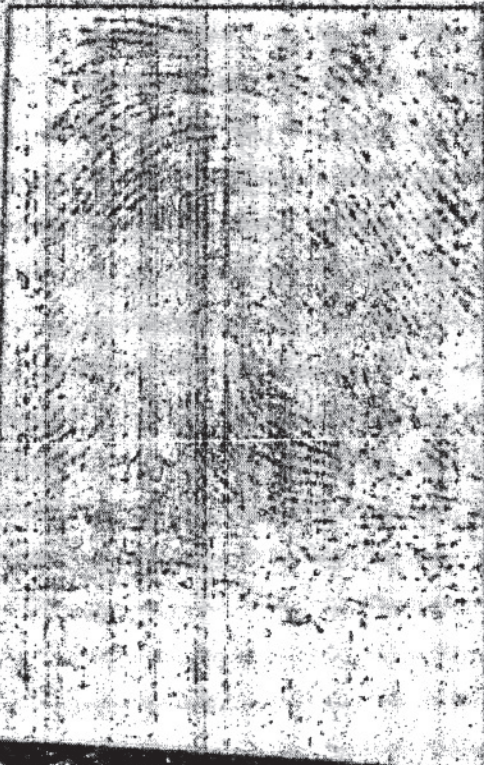
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO

8610-8

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON BAUMT



PROIBIDO PLASTIFICAR

Renil Vinicius de Souza Silva

ASSINATURA DO TITULAR

B569-069378

CARTEIRA DE IDENTIDADE

REGISTRO
GERAL

NOME
D

FILIAÇÃO
D

E C

NATURALIDADE
S. PAU

DOC ORIG

CPF 0

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
GERAL

13.550.370-X

DATA DE 29/OUT/2010
EXPIRAÇÃO

DANIEL VIEIRA DE SOUZA FILHO

NOME

DANIEL VIEIRA DE SOUZA

FILIAÇÃO

E CONCEIÇÃO MARIA DE SOUZA

NATURALIDADE DE

S. PAULO - SP

DATA DE NASCIMENTO
12/JAN/1961

DOC ORIGEM

OSASCO-SP

OSASCO

CC: LV. B250/FLS. 261 / N. 075289

CPF 013646908/07

154 Delegado - Divisão Tríplice
de Polícia Militar - D. 557/83

CARLOS ANTONIO C. DE SOUZA
ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, Daniel Vieira de Souza Filho (nome completo sem abreviaturas), Brasileira (nacionalidade), portador (a) da carteira de identidade/RG/RNE nº 13550370 / 0, inscrito (a) no CPF sob nº 013 . 646 . 908 - 61, declaro, nos termos da Lei 7.115/83, ser residente e domiciliado à Rua Agostinho Navarro nº 971 (inserir endereço: rua, avenida, número e complemento), Bairro Umuarama, Cidade Oraxo, Estado São Paulo, CEP: 06140-000. Estou ciente e concordo que a alteração de meu domicílio deverá ser imediatamente comunicada por escrito ao Banco Daycoval S.A.

Declaro ainda, estar ciente de que a falsidade da presente declaração pode implicar na sanção prevista no art. 299 do Código Penal, sem prejuízo das sanções civis e administrativas.

Oraxo, 12 de Abril de 2021.

Daniel Vieira de Souza Filho
DECLARANTE

Instruções INTERNAS:

Declaro ainda, estar ciente de que a falsidade da presente declaração pode implicar na sanção prevista no art. 299 do Código Penal, sem prejuízo das sanções civis e administrativas.

APARECIDA DE FÁTIMA MOREIRA
 NASCIMENTO
 FILHOS JOSE BENEDITO MOREIRA
 E MARIA AUGUSTA MOREIRA
 NATURALIDADE S. PAULO -SP
 DATA DE NASCIMENTO 18/AGO/1962
 SÃO PAULO-SP
 ITAQUERA
 CC: LV.B47 / FLS.287 / N.013986
 072075808/43
 105 Delegado Divisionário
 CARLOS ANTONIO DE SOUZA de Polícia HIRGUSSESP
 LEI N. 7.110 DE 23.09.83

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO
8400-4

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBERTON DAUMY




PROIBIDO PLASTIFICAR

Assinatura de F. M. Nascimento

5535-024084

CARTEIRA DE IDENTIDADE

I – Credor: BANCO DAYCOVAL S.A. , instituição financeira com sede na Avenida Paulista, nº 1.793, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob n.º 62.232.889/0001-90.			
II – Emissor: APARECIDA DE F M NASCIMENTO			
E-mail:	CPF: 072.075.808-43	RG: 201100204	Dt de Nasc: 18/08/1962
Endereço: AVENIDA RANGEL PESTANA, 2392, - BRAS	CEP: 03002-000	Cidade: SAO PAULO	UF: SP
Banco nº: 341	Agência nº: 8920	Conta nº: 021150-8	
III – Características da Operação:			
a) Valor Principal do Crédito: R\$ 1.885,15	b) IOF: R\$ 58,14	c) Tarifa de Cadastro: R\$ 0,00	d) Juros: R\$ R\$ 1.810,85
		e) Taxa de Juros Prefixada: 1,7374 % a.m (30d) 22,9606 % a.a (360d)	
f) Valor total a pagar[principal e juros]: R\$ 3.696,00	g) Número de parcelas: 84	h) 1º Vencimento até: 10/06/2021	i) Vencimento Final: 10/05/2028
j) Valor de cada parcela: R\$ 44,00	k) Seguro: () Sim (X) Não Tipo:	l) Valor Líquido liberado: R\$ 1.827,01	m) Desembolso: () Ordens de Pagamento (X) Crédito em Conta Corrente do Emissor
n) Custo Efetivo Total (CET): 1,83 % a.m. / 24,71 % a.a, conforme demonstrativo de cálculo abaixo que integra esta CCB para todos os fins de direito.			
DEMONSTRATIVO DE CÁLCULO ELABORADO NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO CMN nº4.881/20, E QUE CONSIDERA OS DADOS ACIMA, REFLETINDO O CÁLCULO DO CUSTO EFETIVO TOTAL (CET) DESTA CCB.			
A	VALORES NEGOCIADOS		
A.1	Valor solicitado pelo consumidor	R\$ 1.827,01	96,92% (A.1/D.10)
A.2	Valor refinanciado dos contratos que o consumidor possui na instituição	R\$	0,00% (A.2/D.10)
A.3	Valor de portabilidade de contratos de outras instituições	R\$ 0,00	0,00% (A.3/D.10)
A.4	Valor total do crédito negociado	R\$ 1.827,01	96,92% (A.4/D.10)
B	DESPESAS VINCULADAS À CONCESSÃO DE CRÉDITO		R\$ % (B/D.10)
B.1	TRIBUTOS	R\$	% (B.1/D.10)
B.1.1	Valor total a ser financiado sem impostos (A.4)	R\$ 1.827,01	96,92% (B.1.1/D.10)
B.1.2	IOF – financiado: (X) sim () não	Alíquota: 0,00%	-
B.1.3	IOF – Alíquota adicional (decreto 6.339/08) financiado (X) sim () não	0,00% (única)	-
B.1.4	IOF	R\$	% (B.1.4/D.10)
B.2	TARIFAS	R\$	% (B.2/D.10)
B.3	SEGURO	R\$	% (B.3/D.10)
B.4	OUTROS	R\$	% (B.4/D.10)
C	SOMATÓRIO DAS PARCELAS	R\$ 3.696,00	-
D	DADOS DO FINANCIAMENTO		
D.1	Valor Total do Crédito Negociado	R\$ 3.696,00	-
D.2	Data do 1º vencimento	10/06/2021	-
D.3	Número de parcelas mensais	84	-
D.4	Taxa de juros Prefixada mensal (30 dias) e anual (360 dias)	1,7374% a.m	22,9606% a.a
D.5	Valor de cada parcela mensal	R\$ 44,00	-
D.6	IOF (financiado)	R\$ 58,14	3,08% (D.6/D.10)
D.7	Tarifas (financiado)	R\$	% (B.7/D.10)
D.8	Seguro (financiado)	R\$	% (B.8/D.10)
D.9	Outros (financiado)	R\$	% (B.9/D.10)
D.10	VALOR TOTAL FINANCIADO DEVIDO NO ATO DA CONTRATAÇÃO	R\$ 1.885,15	-
IV – Refinanciamento (conforme condições descritas no item III):			
Saldo devedor total: R\$		Contrato(s) nº(s):	
V – Pagamento a terceiros/Portabilidade:			
Saldo devedor total: R\$		Empresa/Instituição Financeira de Origem:	Contrato(s) nº(s): N/A
VI – Desconto: (X) folha de pagamento		Nome do Empregador ("Consignante"): INSS	
		CNPJ do Consignante: 29.979.036/0001-40	


VII – Promessa de pagamento: Nas datas de Vencimento, pagarei por esta Cédula de Crédito Bancário (“CCB”) ao Credor, ou à sua ordem, na Praça de São Paulo/SP, a quantia líquida, certa e exigível mencionada no item III do preâmbulo, em moeda corrente nacional, acrescida dos encargos financeiros pactuados, conforme datas, prazos e demais condições descritas no item III do preâmbulo. “Vencimento” significa data de efetivo repasse de recursos ao Credor pelo Consignante, e não a data de seu desconto. Esta CCB, cuja via negociável será exclusivamente do Credor, será regida pelas condições deste instrumento.

1. O Valor Líquido será creditado ao Emitente conforme item III do preâmbulo, se aprovada pelo Credor a proposta de contratação, sendo que, nos casos em que seja destinado à quitação de dívidas perante o Credor (item IV), o valor liberado corresponderá à diferença entre: a) o Valor Líquido (item III); e b) o valor pago para a quitação de dívidas descritas no item IV. **1.1** Não haverá liberação de recursos ao Emitente no caso de pagamento de dívidas à terceiros/portabilidade (item V). **1.2** O Emitente declara que: (i) foi informado, de forma clara, precisa e adequada, dos termos e condições desta CCB; (ii) previamente à emissão desta CCB, foi-lhe apresentado o demonstrativo de cálculo do CET descrito no item III do preâmbulo; (iii) tem ciência de que as condições do empréstimo descritas no preâmbulo poderão sofrer alterações em razão do prazo decorrido entre a data da simulação do empréstimo e a data da efetiva liberação de recursos ao Emitente, ao Credor ou a terceiros (“Data da Liberação”), hipótese em que o demonstrativo de cálculo do CET indicado no item III do preâmbulo, será integralmente substituído por novo demonstrativo de cálculo do CET, a ser enviado pelo Credor ao Emitente; (iv) tem ciência de que, a qualquer tempo, poderá solicitar cópia do demonstrativo de cálculo do CET por meio do SAC ou de quaisquer meios eletrônicos disponibilizados pelo Credor; e (v) esta CCB é adequada à suas necessidades, seus interesses e seus objetivos. **1.3** Sobre o Valor Principal do Crédito incidirão juros remuneratórios à Taxa de Juros definida no item III desde a Data da Liberação até a data da integral liquidação desta CCB, os quais serão calculados *pro rata die*, com base em um mês de 30 (trinta) dias e um ano de 360 (trezentos e sessenta) dias, capitalizados mensalmente, incorporando-se ao saldo devedor decorrente desta CCB. **1.4** As parcelas serão devidas mensalmente em seus Vencimentos. **1.5** O Emitente pagará o IOF e a Tarifa de Cadastro fixados no item III, inclusive em caso de Refinanciamento (item IV), sendo, neste último caso, calculado o IOF complementar sobre o saldo devedor total conforme a legislação vigente, hipótese em que o Valor Líquido sofrerá alteração. **1.6** Não é aplicável a cobrança de tarifas para empréstimos a aposentados e/ou pensionistas do INSS e/ou Exército e demais Consignantes que mantenham tal vedação. **2. O Emitente expressamente declara e autoriza:** a) de modo irrevogável e irretroatável, o Consignante a descontar de sua folha de pagamento e/ou de sua remuneração disponível todo e qualquer valor devido sob esta CCB; b) de modo irrevogável e irretroatável, o INSS a descontar de seu benefício previdenciário todo e qualquer valor devido sob esta CCB; c) o Credor a debitar da conta indicada no item II, por prazo indeterminado, todo e qualquer valor devido sob esta CCB, em especial o valor de cada parcela indicado no item III, sendo possível ao Credor, em especial, realizar débitos sobre limite de crédito em referida conta, e decorrentes de obrigação vencida, inclusive por meio de lançamentos parciais desde que expressamente autorizado pelo Emitente conforme Termo de Autorização de Débito que é parte integrante e indissociável desta CCB. **2.1** O Emitente, neste ato, em caráter irrevogável e irretroatável, de acordo com as regras do Consignante, expressamente autoriza a realização de descontos parciais em sua folha de pagamento e/ou remuneração disponível e/ou benefício previdenciário, em quantas vezes forem necessárias para o adimplemento integral do valor devido sob esta CCB. **2.2** Fica o Credor autorizado, desde já, em caráter irrevogável e irretroatável, a: (i) em caso de aposentadoria do Emitente na vigência desta CCB, averbar os descontos das parcelas em aberto em seu benefício previdenciário junto à entidade do Regime de Previdência Social; (ii) em caso de rescisão do vínculo empregatício, o desconto em suas verbas rescisórias de todo o valor necessário à integral liquidação desta CCB, o qual será informado pelo Credor ao Consignante, não podendo referido desconto ser superior ao limite definido em lei, devendo o Emitente pagar eventual saldo remanescente caso referido desconto seja insuficiente para a liquidação integral desta CCB. **2.3** As autorizações constantes nesta CCB perdurarão até a quitação deste título. **3. O Emitente poderá liquidar antecipadamente o empréstimo objeto desta CCB com redução proporcional dos juros, devendo o valor presente ser calculado com a utilização da Taxa de Juros Prefixada (item III). 3.1** Caso eventualmente conste do boleto para liquidação antecipada parcelas já descontadas, estas serão reembolsadas ao Emitente após a comprovação do referido desconto ou conforme determinado pelo Consignante. **4. O Credor, de acordo com as regras do Consignante, poderá utilizar quaisquer créditos, saldos ou aplicações de titularidade do Emitente para amortização dos débitos desta CCB. 5.** Caso a consignação não seja realizada por qualquer motivo, inclusive: a) cancelamento do benefício previdenciário; b) suspensão temporária ou permanente de parte ou totalidade de sua remuneração c) falta de desconto de valores pelo Consignante, na data de Vencimento de cada parcela; ou d) perda de parte da remuneração que acarrete diminuição da margem consignável; o Credor poderá, de acordo com as regras do Consignante e a seu exclusivo critério, aumentar a quantidade das parcelas originalmente pactuadas, prorrogando o Vencimento Final até que ocorra o pagamento integral desta CCB, sem que haja necessidade de formalização de aditivo. **6.** Caberá ao Emitente pagar o empréstimo mediante boleto bancário ou débito em sua conta indicada no preâmbulo, caso não seja possível, por qualquer motivo, a realização dos descontos necessários ao adimplemento desta CCB, ficando o Credor desde já autorizado a emitir referidos boletos e a realizar tais débitos em conta, independente de solicitação ou nova autorização do Emitente nesse sentido. **7.** Se o Emitente deixar de pagar qualquer uma de suas obrigações decorrentes desta CCB na data de seu Vencimento, incidirão, de forma automática e independentemente de notificação, sobre os valores por ele devidos, além da Taxa de Juros Prefixada, juros moratórios de 1% ao mês, capitalizados mensalmente, calculados desde a data do Vencimento até a data do integral pagamento dos valores devidos, e multa moratória de 2%, sem prejuízo de todas as custas, despesas e honorários advocatícios em que o Credor venha a incorrer para a preservação, defesa ou satisfação de seus direitos.

7.1 O Emitente declara-se ciente de que na hipótese de inadimplemento de quaisquer obrigações desta CCB o Credor poderá comunicar os órgãos de proteção de crédito, tais como SPC e SERASA, sistemas de registro e/ou encaminhar esta CCB para o devido protesto. **8.** O Emitente não será considerado inadimplente na hipótese de o Consignante efetuar os descontos das parcelas devidas sob esta CCB mesmo sem o repasse de tais valores ao Credor sendo vedado ao Credor a adoção de quaisquer medidas de cobrança em face do Emitente relacionado a tais valores. **9.** Fica reservado ao Credor, observadas as regras do Consignante, o direito de declarar esta CCB antecipadamente vencida e exigir o imediato e integral pagamento do saldo devedor dela decorrente, independentemente de prévia comunicação ao Emitente, na ocorrência das seguintes hipóteses: (i) atraso no pagamento e/ou falta de pagamento de qualquer valor devido ao Credor, descumprimento de qualquer obrigação assumida perante o Credor (ii) pedido de insolvência ou de interdição ou morte; (iii) protesto de títulos, distribuição de ação de execução por título extrajudicial ou judicial, emissão de cheque sem fundos ou qualquer outra restrição cadastral ou creditícia; (iv) detecção de falsidade e/ou incompletude das declarações feitas nesta CCB; ou (v) se for iniciado procedimento investigatório para apuração de violação de norma relacionada à prevenção de "lavagem" ou ocultação de bens, prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira. **10.** O Emitente declara que: a) possui margem consignável e recursos suficientes para a quitação do empréstimo objeto desta CCB; b) manterá seus dados cadastrais e os dados de sua conta devidamente atualizados, obrigando-se a fornecer ao Credor todo e qualquer documento que lhe venha a ser solicitado no prazo de até 48 horas contadas de solicitação nesse sentido; c) está ciente e concorda que o Credor poderá, a seu exclusivo critério, ceder, endossar ou de outra forma transferir, parte ou a totalidade dos direitos decorrentes desta CCB, fornecendo ao cessionário cópia dos documentos do Emitente. **11.** O Emitente concorda, de forma irrevogável e irretratável, que, na hipótese de morte ou invalidez, o Credor poderá utilizar o produto da indenização do seguro (item III) para amortizar o saldo devedor desta CCB, obrigando-se por si, seus herdeiros e sucessores ao pagamento de eventual saldo devedor remanescente, de acordo com as regras do Consignante. **12.** O Emitente neste ato reconhece que esta CCB é título executivo extrajudicial, nos termos do art. 784 do Código de Processo Civil, e representa dívida em dinheiro, líquida, certa e exigível, pelo saldo devedor demonstrado por planilha(s) de cálculo ou extrato(s) de conta(s) emitido(s) pelo Credor, o(s) qual(is) integrarão esta CCB como parte dela inseparável. **13.** A omissão ou tolerância do Credor quanto ao exercício de qualquer direito, poder ou privilégio conferido em lei ou nesta CCB não constituirá novação, desistência ou renúncia, nem afetará os seus direitos que poderão ser exercidos a qualquer tempo. **14.** O Emitente declara e garante ao Credor, sob pena de vencimento antecipado desta CCB e indenização por todas as perdas e danos em que o Credor possa vir a incorrer que (i) são verdadeiras as informações prestadas sobre a licitude da origem de sua renda, faturamento e patrimônio, e estarem cientes do art. 11, II da Lei n.º 9.613/98, com as alterações introduzidas, inclusive, pela Lei n.º 12.683/12 (dever das instituições financeiras de comunicação ao Coaf de operações e propostas de operações suspeitas), e dos arts. 297, 298 e 299 do Código Penal, e (ii) cumpre a legislação anticorrupção e, caso seja-lhe aplicável, a legislação ambiental, trabalhista e social vigente. **15.** O Emitente autoriza o Credor, de modo irrevogável, e nos termos da regulamentação do Banco Central do Brasil ("BCB") vigente, as demais instituições que possam consultar o Sistema de Informações de Créditos ("SCR") e que adquiram ou recebam em garantia, ou manifestem interesse em receber em garantia total ou parcialmente, operações de crédito de responsabilidade do Emitente, a consultar no SCR as informações consolidadas sobre essas operações. **15.1.** O Emitente declara-se ciente de que: (i) o SCR tem por finalidade prover informações ao BCB, para fins de monitoramento do crédito no sistema financeiro e para o exercício de suas atividades de fiscalização, e propiciar o intercâmbio de informações entre instituições financeiras, conforme § 1º, do art. 1º da Lei Complementar n.º 105/2001, sobre o montante de responsabilidades de clientes em operações de crédito, (ii) os dados das operações de crédito do Emitente serão registradas pelo Credor no SCR, (iii) são de exclusiva responsabilidade das instituições remetentes as inclusões de informações no SCR, as correções e exclusões de informações constantes do SCR, a identificação de operações de crédito que se encontrem *sub judice*, o cumprimento de determinações judiciais, o fornecimento de informações sobre essas determinações e o registro de manifestações de discordância apresentadas pelos contratantes, bem como de outras condições e anotações necessárias a garantir a completude, a fidedignidade e a integridade da informação sobre operações de crédito, e (iv) o procedimento a ser adotado pelo Emitente junto ao Credor para correção ou exclusão de informações remetidas pelo Credor ao SCR, o cadastramento de medida judicial e o registro de manifestação de discordância quanto às informações remetidas pelo Credor ao SCR deverá ser verificado pelo Emitente junto à Central de Atendimento ao Cliente do Credor. **16.** O Emitente expressamente: (i) autoriza os gestores de bancos de dados de que trata a Lei n.º 12.414/2011, a disponibilizar ao Credor seus históricos de crédito, os quais abrangerão os dados financeiros e de pagamentos relativos às operações de crédito e obrigações de pagamento adimplidas em seus respectivos Vencimentos, e aquelas a vencer, constantes de banco(s) de dados, com a finalidade única e exclusiva de subsidiar a análise e a eventual concessão de crédito, a venda a prazo ou outras transações comerciais e empresariais que impliquem risco financeiro, pelo prazo estabelecido pelas normas vigentes; e (ii) declara-se ciente de que poderá revogar, a qualquer tempo, a autorização contida no item anterior perante o gestor do banco de dados. **17. O Emitente, seus representantes (se houverem) e todos os signatários deste instrumento, por meio deste: (i) autorizam o Credor e empresas integrantes de seu grupo econômico ("Grupo Daycoval") a tratar, conforme definição da Lei n.º 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados ("LGPD"), todas as informações sobre eles, e fazer o uso compartilhado, dentro do Grupo Daycoval, dessas informações, para, por exemplo, as seguintes finalidades e atos a elas relacionados: (a) identificação e qualificação das pessoas acima mencionadas, (b) verificação da adequação de produtos e serviços ao perfil dessas pessoas e oferta de produtos e serviços a elas, (c) apresentação de propostas, contratação e cumprimento de contratos, (d) avaliação e acompanhamento de situação econômico-financeira, (e) cumprimento de obrigações legais, regulatórias e de autorregulação, (f) exercício regular de**


direitos, (g) prevenção e identificação de fraudes e identificação, prevenção e gerenciamento de riscos à segurança, e (ii) declaram-se cientes de que o Grupo Daycoval possui uma política relacionada ao cumprimento da LGPD disponível em seu site de Relações com Investidores (<https://ri.daycoval.com.br/>), a qual indica os direitos das pessoas mencionadas acima e relacionados à LGPD. 18. O Emitente e todos os signatários deste instrumento, de modo irrevogável, (i) admitem como válidos e aceita como meio de comprovação de autoria e da integridade de documentos em forma eletrônica os métodos de identificação cuja utilização tenha-lhe sido solicitada pelo Grupo Daycoval, como, por exemplo, certificados emitidos ou não pela ICP-Brasil, senha eletrônica, código de autenticação emitido por dispositivo pessoal ou identificação biométrica, e (ii) reconhecem como válidas e eficazes as operações e comunicações realizadas pelos meios eletrônicos acima mencionados. 19. O Emitente declara-se ciente de que possui a faculdade de desistir da operação de crédito representada por esta CCB no prazo de até 07 (sete) dias úteis contados do recebimento do crédito, devendo para tanto, restituir ao Credor o valor total concedido, acrescido de eventuais tributos incidentes na operação. 20. Todas as notificações relacionadas a esta CCB serão realizadas por escrito e entregues pessoalmente, por meio de correspondência enviada com aviso de recebimento aos endereços informados pelo Emitente ao Credor quando da realização ou atualização de seus cadastros ("Cadastro"), ou por meio eletrônico, enviadas para o endereço eletrônico e/ou números de celulares informados pelo Emitente ao Credor também no Cadastro ou por meio de aplicativo. 20.1. O Emitente obriga-se a (i) manter as informações constantes do Cadastro atualizadas até a extinção desta CCB, e (ii) notificar imediatamente o Credor de qualquer alteração nessas informações, conforme o disposto nesta cláusula. 20.2. O Emitente, para fins de notificação, citação ou intimação, nos termos dos artigos 190, 246, inciso V e 513 § 2º, inciso III do Código de Processo Civil, informa o endereço eletrônico indicado no preâmbulo e no Cadastro. 21. As Partes obrigam-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento desta CCB. 22. Fica eleito o Foro da Comarca do local de emissão desta CCB para solução de conflitos.

Local e data: _____

Emitente: Aparecida de F. M. Nascimento 

Se o Emitente é analfabeto ou impedido de assinar: este declara, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, que ouviu atentamente a leitura desta CCB, concordou com seus termos e condições e autorizou o signatário identificado abaixo a realizar a assinatura desta CCB a rogo (Rogado), na presença de 02 testemunhas, as quais igualmente estão identificadas abaixo e assinam esta CCB.

Polegar do Emitente

Rogado: _____ 

Nome: _____

CPF: _____

Testemunhas:

1. _____ 

2. _____ 

Nome: _____

Nome: _____

CPF: _____


CPF: _____

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, APARECIDA DE F M NASCIMENTO , BRASILEIRO(A) (nacionalidade) , portador (a) da carteira de identidade/RG/RNE nº 201100204, inscrito (a) no CPF sob nº 072.075.808-43, declaro, nos termos da Lei 7.115/83, ser residente e domiciliado à AVENIDA RANGEL PESTANA, 2392, , BRAS, SAO PAULO, SP, CEP: 03002-000. Estou ciente e concordo que a alteração de meu domicílio deverá ser imediatamente comunicada por escrito ao Banco Daycoval S.A.


Declaro ainda, estar ciente de que a falsidade da presente declaração pode implicar na sanção prevista no art. 299 do Código Penal, sem prejuízo das sanções civis e administrativas.

Local e data: _____, _____ de _____ de _____

Emitente: Aparecida de F. M. Nascimento 

Se o Cliente é analfabeto ou impedido de assinar: este declara, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, que ouviu atentamente a leitura deste requerimento, concordou com seus termos e condições e autorizou o signatário identificado abaixo a realizar a assinatura deste a rogo (Rogado), na presença de 02 testemunhas, as quais igualmente estão identificadas abaixo.

Polegar do Emitente

Rogado: _____ 

Nome: _____

CPF: _____

Testemunhas:

1. _____ 

Nome: _____

CPF: _____

2. _____ 

Nome: _____

CPF: _____

SPB - Comprovante de TED**Transação**

Evento: STR0007	Versão Manual: 5.01	Num. Controle IF: 8727476
Sistema Origem: FNCE	Sub Sistema Origem: INSSP	Num. Origem: 8727476
Agendamento: 16/04/2021 11:05	Incluída em: 16/04/2021 11:06:16	Natureza: DÉBITO
Valor: 7.391,11	Prioridade: D	Afeta Reserva: SIM (16/04/2021 13:15)
Status: Respondida	Status Str: Efetivada	IF Contra Parte: 60746948 - BRADESCO
NU: 62232889202104163546637	No. Controle SPB: STR20210416034133056	No. Controle STR: STR20210416034133056
Usuário: FINANCEIRA		

Log MQ

Sequencial: 47009388	IF Externa: 00038166 - BANCO CENTRAL DO BRASIL	Fila:
Data do PUT (GMT): 16/04 16:15:06		Status: 2

Código Mensagem:	STR0007 - IF requisita Transferência de IF para conta de cliente
Num. Controle IF:	8727476
ISPB IF Debitada:	62232889 - BANCO DAYCOVAL S.A.
Tipo Pessoa Remetente:	J - Pessoa Jurídica
CNPJ ou CPF Remetente:	62232889000190
Nome Remetente:	BANCO DAYCOVAL S/A
ISPB IF Creditada:	60746948 - BRADESCO
Agência Creditada:	1220
Tipo Conta Creditada:	CC - Conta Corrente
Conta Creditada:	10000238
Tipo Pessoa Creditada:	F - Pessoa Física
CNPJ ou CPF Cliente Creditado Titular:	11278162844
Nome Cliente Creditado Titular:	BITENILA SOARES ALVES
Valor Lançamento:	7.391,11
Finalidade IF:	40 - Liberação de Operações de Crédito

Histórico: [LIB](#)

Nível Preferência: [B - Maior](#)

Data Movimento: [16/04/2021](#)

I – Credor: BANCO DAYCOVAL S.A., instituição financeira com sede na Avenida Paulista, nº 1.793, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob n.º 62.232.889/0001-90.

II – Emissor: BITENILA SOARES ALVES

E-mail: CPF: 112.781.628-44 RG: 145911111 Dt de Nasc: 15/07/1955

Endereço: RUA CAPITAO DOS MARES, 11, - C N CEP: 04235-470 Cidade: SAO PAULO UF: SP
HELIOPOLIS

Banco nº: 237 Agência nº: 1220 Conta nº: 1000023-8

III – Características da Operação:

a) Valor Principal do Crédito: R\$ 7.626,17 b) IOF: R\$ 235,06 c) Tarifa de Cadastro: R\$ 0,00 d) Juros: R\$ R\$ 7.325,83 e) Taxa de Juros Prefixada: 1,7391 % a.m (30d) 22,9861 % a.a (360d)

f) Valor total a pagar[principal e juros]: R\$ 14.952,00 g) Número de parcelas: 84 h) 1º Vencimento até: 10/06/2021 i) Vencimento Final: 10/05/2028

j) Valor de cada parcela: R\$ 178,00 k) Seguro: () Sim (X) Não Tipo: l) Valor Líquido liberado: R\$ 7.391,11 m) Desembolso: () Ordens de Pagamento (X) Crédito em Conta Corrente do Emissor

n) Custo Efetivo Total (CET): 1,83 % a.m. / 24,74 % a.a, conforme demonstrativo de cálculo abaixo que integra esta CCB para todos os fins de direito.

DEMONSTRATIVO DE CÁLCULO ELABORADO NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO CMN nº4.881/20, E QUE CONSIDERA OS DADOS ACIMA, REFLETINDO O CÁLCULO DO CUSTO EFETIVO TOTAL (CET) DESTA CCB.

A VALORES NEGOCIADOS			
A.1	Valor solicitado pelo consumidor	R\$ 7.391,11	96,92% (A.1/D.10)
A.2	Valor refinanciado dos contratos que o consumidor possui na instituição	R\$	0,00% (A.2/D.10)
A.3	Valor de portabilidade de contratos de outras instituições	R\$ 0,00	0,00% (A.3/D.10)
A.4	Valor total do crédito negociado	R\$ 7.391,11	96,92% (A.4/D.10)
B DESPESAS VINCULADAS À CONCESSÃO DE CRÉDITO			
B.1	TRIBUTOS	R\$	% (B.1/D.10)
B.1.1	Valor total a ser financiado sem impostos (A.4)	R\$ 7.391,11	96,92% (B.1.1/D.10)
B.1.2	IOF – financiado: (X) sim () não	Alíquota: 0,00%	-
B.1.3	IOF – Alíquota adicional (decreto 6.339/08) financiado (X) sim () não	0,00% (única)	-
B.1.4	IOF	R\$	% (B.1.4/D.10)
B.2	TARIFAS	R\$	% (B.2/D.10)
B.3	SEGURO	R\$	% (B.3/D.10)
B.4	OUTROS	R\$	% (B.4/D.10)
C	SOMATÓRIO DAS PARCELAS	R\$ 14.952,00	-
D DADOS DO FINANCIAMENTO			
D.1	Valor Total do Crédito Negociado	R\$ 14.952,00	-
D.2	Data do 1º vencimento	10/06/2021	-
D.3	Número de parcelas mensais	84	-
D.4	Taxa de juros Prefixada mensal (30 dias) e anual (360 dias)	1,7391% a.m	22,9861% a.a
D.5	Valor de cada parcela mensal	R\$ 178,00	-
D.6	IOF (financiado)	R\$ 235,06	3,08% (D.6/D.10)
D.7	Tarifas (financiado)	R\$	% (B.7/D.10)
D.8	Seguro (financiado)	R\$	% (B.8/D.10)
D.9	Outros (financiado)	R\$	% (B.9/D.10)
D.10	VALOR TOTAL FINANCIADO DEVIDO NO ATO DA CONTRATAÇÃO	R\$ 7.626,17	-

IV – Refinanciamento (conforme condições descritas no item III):

Saldo devedor total: R\$ Contrato(s) nº(s):

V – Pagamento a terceiros/Portabilidade:

Saldo devedor total: R\$ Empresa/Instituição Financeira de Origem: Contrato(s) nº(s):
R\$ N/A

VI – Desconto: Nome do Empregador ("Consignante"): INSS CNPJ do Consignante: 29.979.036/0001-40
(X) folha de pagamento

VII – Promessa de pagamento: Nas datas de Vencimento, pagarei por esta Cédula de Crédito Bancário (“CCB”) ao Credor, ou à sua ordem, na Praça de São Paulo/SP, a quantia líquida, certa e exigível mencionada no item III do preâmbulo, em moeda corrente nacional, acrescida dos encargos financeiros pactuados, conforme datas, prazos e demais condições descritas no item III do preâmbulo. “Vencimento” significa data de efetivo repasse de recursos ao Credor pelo Consignante, e não a data de seu desconto. Esta CCB, cuja via negociável será exclusivamente do Credor, será regida pelas condições deste instrumento.

1.O Valor Líquido será creditado ao Emitente conforme item III do preâmbulo, se aprovada pelo Credor a proposta de contratação, sendo que, nos casos em que seja destinado à quitação de dívidas perante o Credor (item IV), o valor liberado corresponderá à diferença entre: a) o Valor Líquido (item III); e b) o valor pago para a quitação de dívidas descritas no item IV. 1.1 Não haverá liberação de recursos ao Emitente no caso de pagamento de dívidas à terceiros/portabilidade (item V). 1.2 O Emitente declara que: (i) foi informado, de forma clara, precisa e adequada, dos termos e condições desta CCB; (ii) previamente à emissão desta CCB, foi-lhe apresentado o demonstrativo de cálculo do CET descrito no item III do preâmbulo; (iii) tem ciência de que as condições do empréstimo descritas no preâmbulo poderão sofrer alterações em razão do prazo decorrido entre a data da simulação do empréstimo e a data da efetiva liberação de recursos ao Emitente, ao Credor ou a terceiros (“Data da Liberação”), hipótese em que o demonstrativo de cálculo do CET indicado no item III do preâmbulo, será integralmente substituído por novo demonstrativo de cálculo do CET, a ser enviado pelo Credor ao Emitente; (iv) tem ciência de que, a qualquer tempo, poderá solicitar cópia do demonstrativo de cálculo do CET por meio do SAC ou de quaisquer meios eletrônicos disponibilizados pelo Credor; e (v) esta CCB é adequada à suas necessidades, seus interesses e seus objetivos. 1.3 Sobre o Valor Principal do Crédito incidirão juros remuneratórios à Taxa de Juros definida no item III desde a Data da Liberação até a data da integral liquidação desta CCB, os quais serão calculados *pro rata die*, com base em um mês de 30 (trinta) dias e um ano de 360 (trezentos e sessenta) dias, capitalizados mensalmente, incorporando-se ao saldo devedor decorrente desta CCB. 1.4 As parcelas serão devidas mensalmente em seus Vencimentos. 1.5 O Emitente pagará o IOF e a Tarifa de Cadastro fixados no item III, inclusive em caso de Refinanciamento (item IV), sendo, neste último caso, calculado o IOF complementar sobre o saldo devedor total conforme a legislação vigente, hipótese em que o Valor Líquido sofrerá alteração. 1.6 Não é aplicável a cobrança de tarifas para empréstimos a aposentados e/ou pensionistas do INSS e/ou Exército e demais Consignantes que mantenham tal vedação. 2. O Emitente expressamente declara e autoriza: a) de modo irrevogável e irretroatável, o Consignante a descontar de sua folha de pagamento e/ou de sua remuneração disponível todo e qualquer valor devido sob esta CCB; b) de modo irrevogável e irretroatável, o INSS a descontar de seu benefício previdenciário todo e qualquer valor devido sob esta CCB; c) o Credor a debitar da conta indicada no item II, por prazo indeterminado, todo e qualquer valor devido sob esta CCB, em especial o valor de cada parcela indicado no item III, sendo possível ao Credor, em especial, realizar débitos sobre limite de crédito em referida conta, e decorrentes de obrigação vencida, inclusive por meio de lançamentos parciais desde que expressamente autorizado pelo Emitente conforme Termo de Autorização de Débito que é parte integrante e indissociável desta CCB. 2.1 O Emitente, neste ato, em caráter irrevogável e irretroatável, de acordo com as regras do Consignante, expressamente autoriza a realização de descontos parciais em sua folha de pagamento e/ou remuneração disponível e/ou benefício previdenciário, em quantas vezes forem necessárias para o adimplemento integral do valor devido sob esta CCB. 2.2 Fica o Credor autorizado, desde já, em caráter irrevogável e irretroatável, a: (i) em caso de aposentadoria do Emitente na vigência desta CCB, averbar os descontos das parcelas em aberto em seu benefício previdenciário junto à entidade do Regime de Previdência Social; (ii) em caso de rescisão do vínculo empregatício, o desconto em suas verbas rescisórias de todo o valor necessário à integral liquidação desta CCB, o qual será informado pelo Credor ao Consignante, não podendo referido desconto ser superior ao limite definido em lei, devendo o Emitente pagar eventual saldo remanescente caso referido desconto seja insuficiente para a liquidação integral desta CCB. 2.3 As autorizações constantes nesta CCB perdurarão até a quitação deste título. 3. O Emitente poderá liquidar antecipadamente o empréstimo objeto desta CCB com redução proporcional dos juros, devendo o valor presente ser calculado com a utilização da Taxa de Juros Prefixada (item III). 3.1 Caso eventualmente conste do boleto para liquidação antecipada parcelas já descontadas, estas serão reembolsadas ao Emitente após a comprovação do referido desconto ou conforme determinado pelo Consignante. 4. O Credor, de acordo com as regras do Consignante, poderá utilizar quaisquer créditos, saldos ou aplicações de titularidade do Emitente para amortização dos débitos desta CCB. 5. Caso a consignação não seja realizada por qualquer motivo, inclusive: a) cancelamento do benefício previdenciário; b) suspensão temporária ou permanente de parte ou totalidade de sua remuneração c) falta de desconto de valores pelo Consignante, na data de Vencimento de cada parcela; ou d) perda de parte da remuneração que acarrete diminuição da margem consignável; o Credor poderá, de acordo com as regras do Consignante e a seu exclusivo critério, aumentar a quantidade das parcelas originalmente pactuadas, prorrogando o Vencimento Final até que ocorra o pagamento integral desta CCB, sem que haja necessidade de formalização de aditivo. 6. Caberá ao Emitente pagar o empréstimo mediante boleto bancário ou débito em sua conta indicada no preâmbulo, caso não seja possível, por qualquer motivo, a realização dos descontos necessários ao adimplemento desta CCB, ficando o Credor desde já autorizado a emitir referidos boletos e a realizar tais débitos em conta, independente de solicitação ou nova autorização do Emitente nesse sentido. 7. Se o Emitente deixar de pagar qualquer uma de suas obrigações decorrentes desta CCB na data de seu Vencimento, incidirão, de forma automática e independentemente de notificação, sobre os valores por ele devidos, além da Taxa de Juros Prefixada, juros moratórios de 1% ao mês, capitalizados mensalmente, calculados desde a data do Vencimento até a data do integral pagamento dos valores devidos, e multa moratória de 2%, sem prejuízo de todas as custas, despesas e honorários advocatícios em que o Credor venha a incorrer para a preservação, defesa ou satisfação de seus direitos.

comunicar os órgãos de proteção de crédito, tais como SPC e SERASA, sistemas de registro e/ou encaminhar esta CCB para o devido protesto. 8. O Emitente não será considerado inadimplente na hipótese de o Consignante efetuar os descontos das parcelas devidas sob esta CCB mesmo sem o repasse de tais valores ao Credor sendo vedado ao Credor a adoção de quaisquer medidas de cobrança em face do Emitente relacionado a tais valores. 9. Fica reservado ao Credor, observadas as regras do Consignante, o direito de declarar esta CCB antecipadamente vencida e exigir o imediato e integral pagamento do saldo devedor dela decorrente, independentemente de prévia comunicação ao Emitente, na ocorrência das seguintes hipóteses: (i) atraso no pagamento e/ou falta de pagamento de qualquer valor devido ao Credor, descumprimento de qualquer obrigação assumida perante o Credor (ii) pedido de insolvência ou de interdição ou morte; (iii) protesto de títulos, distribuição de ação de execução por título extrajudicial ou judicial, emissão de cheque sem fundos ou qualquer outra restrição cadastral ou creditícia; (iv) detecção de falsidade e/ou incompletude das declarações feitas nesta CCB; ou (v) se for iniciado procedimento investigatório para apuração de violação de norma relacionada à prevenção de "lavagem" ou ocultação de bens, prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira. 10. O Emitente declara que: a) possui margem consignável e recursos suficientes para a quitação do empréstimo objeto desta CCB; b) manterá seus dados cadastrais e os dados de sua conta devidamente atualizados, obrigando-se a fornecer ao Credor todo e qualquer documento que lhe venha a ser solicitado no prazo de até 48 horas contadas de solicitação nesse sentido; c) está ciente e concorda que o Credor poderá, a seu exclusivo critério, ceder, endossar ou de outra forma transferir, parte ou a totalidade dos direitos decorrentes desta CCB, fornecendo ao cessionário cópia dos documentos do Emitente. 11. O Emitente concorda, de forma irrevogável e irretratável, que, na hipótese de morte ou invalidez, o Credor poderá utilizar o produto da indenização do seguro (item III) para amortizar o saldo devedor desta CCB, obrigando-se por si, seus herdeiros e sucessores ao pagamento de eventual saldo devedor remanescente, de acordo com as regras do Consignante. 12. O Emitente neste ato reconhece que esta CCB é título executivo extrajudicial, nos termos do art. 784 do Código de Processo Civil, e representa dívida em dinheiro, líquida, certa e exigível, pelo saldo devedor demonstrado por planilha(s) de cálculo ou extrato(s) de conta(s) emitido(s) pelo Credor, o(s) qual(is) integrarão esta CCB como parte dela inseparável. 13. A omissão ou tolerância do Credor quanto ao exercício de qualquer direito, poder ou privilégio conferido em lei ou nesta CCB não constituirá novação, desistência ou renúncia, nem afetará os seus direitos que poderão ser exercidos a qualquer tempo. 14. O Emitente declara e garante ao Credor, sob pena de vencimento antecipado desta CCB e indenização por todas as perdas e danos em que o Credor possa vir a incorrer que (i) são verdadeiras as informações prestadas sobre a licitude da origem de sua renda, faturamento e patrimônio, e estarem cientes do art. 11, II da Lei n.º 9.613/98, com as alterações introduzidas, inclusive, pela Lei n.º 12.683/12 (dever das instituições financeiras de comunicação ao Coaf de operações e propostas de operações suspeitas), e dos arts. 297, 298 e 299 do Código Penal, e (ii) cumpre a legislação anticorrupção e, caso seja-lhe aplicável, a legislação ambiental, trabalhista e social vigente. 15. O Emitente autoriza o Credor, de modo irrevogável, e nos termos da regulamentação do Banco Central do Brasil ("BCB") vigente, as demais instituições que possam consultar o Sistema de Informações de Créditos ("SCR") e que adquiram ou recebam em garantia, ou manifestem interesse em receber em garantia total ou parcialmente, operações de crédito de responsabilidade do Emitente, a consultar no SCR as informações consolidadas sobre essas operações. 15.1. O Emitente declara-se ciente de que: (i) o SCR tem por finalidade prover informações ao BCB, para fins de monitoramento do crédito no sistema financeiro e para o exercício de suas atividades de fiscalização, e propiciar o intercâmbio de informações entre instituições financeiras, conforme § 1º, do art. 1º da Lei Complementar n.º 105/2001, sobre o montante de responsabilidades de clientes em operações de crédito, (ii) os dados das operações de crédito do Emitente serão registradas pelo Credor no SCR, (iii) são de exclusiva responsabilidade das instituições remetentes as inclusões de informações no SCR, as correções e exclusões de informações constantes do SCR, a identificação de operações de crédito que se encontrem *sub judice*, o cumprimento de determinações judiciais, o fornecimento de informações sobre essas determinações e o registro de manifestações de discordância apresentadas pelos contratantes, bem como de outras condições e anotações necessárias a garantir a completude, a fidedignidade e a integridade da informação sobre operações de crédito, e (iv) o procedimento a ser adotado pelo Emitente junto ao Credor para correção ou exclusão de informações remetidas pelo Credor ao SCR, o cadastramento de medida judicial e o registro de manifestação de discordância quanto às informações remetidas pelo Credor ao SCR deverá ser verificado pelo Emitente junto à Central de Atendimento ao Cliente do Credor. 16. O Emitente expressamente: (i) autoriza os gestores de bancos de dados de que trata a Lei n.º 12.414/2011, a disponibilizar ao Credor seus históricos de crédito, os quais abrangerão os dados financeiros e de pagamentos relativos às operações de crédito e obrigações de pagamento adimplidas em seus respectivos Vencimentos, e aquelas a vencer, constantes de banco(s) de dados, com a finalidade única e exclusiva de subsidiar a análise e a eventual concessão de crédito, a venda a prazo ou outras transações comerciais e empresariais que impliquem risco financeiro, pelo prazo estabelecido pelas normas vigentes; e (ii) declara-se ciente de que poderá revogar, a qualquer tempo, a autorização contida no item anterior perante o gestor do banco de dados. 17. O Emitente, seus representantes (se houverem) e todos os signatários deste instrumento, por meio deste: (i) autorizam o Credor e empresas integrantes de seu grupo econômico ("Grupo Daycoval") a tratar, conforme definição da Lei n.º 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados ("LGPD"), todas as informações sobre eles, e fazer o uso compartilhado, dentro do Grupo Daycoval, dessas informações, para, por exemplo, as seguintes finalidades e atos a elas relacionados: (a) identificação e qualificação das pessoas acima mencionadas, (b) verificação da adequação de produtos e serviços ao perfil dessas pessoas e oferta de produtos e serviços a elas, (c) apresentação de propostas, contratação e cumprimento de contratos, (d) avaliação e acompanhamento de situação econômico-financeira, (e) cumprimento de obrigações legais, regulatórias e de autorregulação, (f) exercício regular de

direitos, (g) prevenção e identificação de fraudes e identificação, prevenção e gerenciamento de riscos à segurança, e (ii) declaram-se cientes de que o Grupo Daycoval possui uma política relacionada ao cumprimento da LGPD disponível em seu site de Relações com Investidores (<https://ri.daycoval.com.br/>), a qual indica os direitos das pessoas mencionadas acima e relacionados à LGPD. 18. O Emitente e todos os signatários deste instrumento, de modo irrevogável, (i) admitem como válidos e aceita como meio de comprovação de autoria e da integridade de documentos em forma eletrônica os métodos de identificação cuja utilização tenha-lhe sido solicitada pelo Grupo Daycoval, como, por exemplo, certificados emitidos ou não pela ICP-Brasil, senha eletrônica, código de autenticação emitido por dispositivo pessoal ou identificação biométrica, e (ii) reconhecem como válidas e eficazes as operações e comunicações realizadas pelos meios eletrônicos acima mencionados. 19. O Emitente declara-se ciente de que possui a faculdade de desistir da operação de crédito representada por esta CCB no prazo de até 07 (sete) dias úteis contados do recebimento do crédito, devendo para tanto, restituir ao Credor o valor total concedido, acrescido de eventuais tributos incidentes na operação. 20. Todas as notificações relacionadas a esta CCB serão realizadas por escrito e entregues pessoalmente, por meio de correspondência enviada com aviso de recebimento aos endereços informados pelo Emitente ao Credor quando da realização ou atualização de seus cadastros ("Cadastro"), ou por meio eletrônico, enviadas para o endereço eletrônico e/ou números de celulares informados pelo Emitente ao Credor também no Cadastro ou por meio de aplicativo. 20.1. O Emitente obriga-se a (i) manter as informações constantes do Cadastro atualizadas até a extinção desta CCB, e (ii) notificar imediatamente o Credor de qualquer alteração nessas informações, conforme o disposto nesta cláusula. 20.2. O Emitente, para fins de notificação, citação ou intimação, nos termos dos artigos 190, 246, inciso V e 513 § 2º, inciso III do Código de Processo Civil, informa o endereço eletrônico indicado no preâmbulo e no Cadastro. 21. As Partes obrigam-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento desta CCB. 22. Fica eleito o Foro da Comarca do local de emissão desta CCB para solução de conflitos.

Local e data: _____

Emitente: Bitinha Soares 

Se o Emitente é analfabeto ou impedido de assinar: este declara, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, que ouviu atentamente a leitura desta CCB, concordou com seus termos e condições e autorizou o signatário identificado abaixo a realizar a assinatura desta CCB a rogo (Rogado), na presença de 02 testemunhas, as quais igualmente estão identificadas abaixo e assinam esta CCB.

Polegar do Emitente

Rogado: _____ 

Nome: _____

CPF: _____

Testemunhas:

1. _____ 

2. _____ 

Nome: _____

Nome: _____

CPF: _____


CPF: _____

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, BITENILA SOARES ALVES , BRASILEIRO(A) (nacionalidade) , portador (a) da carteira de identidade/RG/RNE nº 145911111, inscrito (a) no CPF sob nº 112.781.628-44, declaro, nos termos da Lei 7.115/83, ser residente e domiciliado à RUA CAPITAO DOS MARES, 11, , C N HELIOPOLIS, SAO PAULO, SP, CEP: 04235-470. Estou ciente e concordo que a alteração de meu domicílio deverá ser imediatamente comunicada por escrito ao Banco Daycoval S.A.

Declaro ainda, estar ciente de que a falsidade da presente declaração pode implicar na sanção prevista no art. 299 do Código Penal, sem prejuízo das sanções civis e administrativas.

Local e data: _____ de _____ de _____

Emitente: Bitenila Soares Alves 

Se o Cliente é analfabeto ou impedido de assinar: este declara, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, que ouviu atentamente a leitura deste requerimento, concordou com seus termos e condições e autorizou o signatário identificado abaixo a realizar a assinatura deste a rogo (Rogado), na presença de 02 testemunhas, as quais igualmente estão identificadas abaixo.

Polegar do Emitente

Rogado: _____ 

Nome: _____

CPF: _____

Testemunhas:

1. _____ 

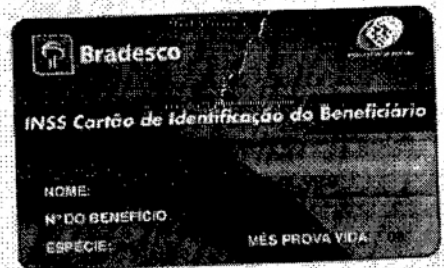
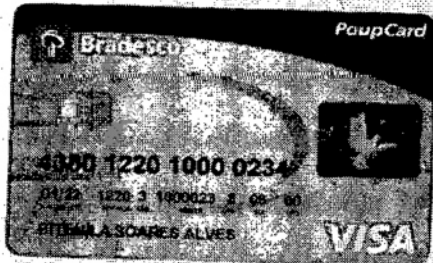
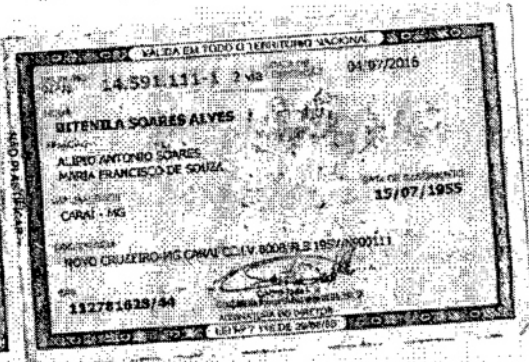
Nome: _____

CPF: _____

2. _____ 

Nome: _____

CPF: _____



São Paulo, 22 de Março de 2022.

À SRA. BITENILA SOARES ALVES

bitenilas@gmail.com

Notificação extrajudicial

BITENILA SOARES ALVES – CPF 112.781.628-44

BANCO DAYCOVAL S/A, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, 1793, Bela Vista, devidamente inscrito no CNPJ sob nº. 62.232.889/0001-90, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria responder à **NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL** enviada à esta Instituição Financeira por meio da Assessoria Jurídica Deputado Federal Celso Russomano, na qual V.Sa. afirma “*que passou a sofrer descontos em sua aposentadoria, provenientes de cartão e empréstimo consignado com a empresa reclamada que jamais contratou*”.

Em resposta a presente notificação, cumpre-nos esclarecer o quanto segue.

I. DA SOLUÇÃO PROPOSTA PELO BANCO DAYCOVAL

De início importante esclarecer que a assistida possui junto a esta Instituição Financeira o contrato consignado de nº 50-9098324/21.

Deste modo, antes mesmo de reiterarmos a demonstração a respeito da regularidade e legitimidade da contratação, o Banco Daycoval, demonstrando sua deferência à solução da controvérsia, por mera liberalidade e primando pela satisfação de seus clientes, informa que **se dispõe a cancelar o contrato, objeto desta reclamação.**

Para tanto, visando que as partes retornem ao estado anterior e para inibir o enriquecimento sem causa, informamos que o **cancelamento da operação poderá ocorrer mediante a devolução de R\$ 5.611,11 que refere-se ao valor da TED anteriormente depositada na conta da consumidora, no valor total de R\$ 7.391,11, abatido o valor das**

Banco Daycoval

Avenida Paulista, 1793 – São Paulo – SP – 01311-200 – Bela Vista.
PABX: (11)3138.0500 – fax: (11)3138.0400 – www.daycoval.com.br
DAYCOVAL.23728

parcelas já pagas, no valor total de R\$ 1.780,00, sendo que até o presente momento, o Banco possui conhecimento de 10 descontos de R\$ 178,00 cada.

- Valor recebido: R\$ 7.391,11
- Valores descontados: (-) R\$ 1.780,00
- **Valor a ser devolvido: R\$ 5.611,11**

Caso a consumidora tenha sofrido algum outro desconto deste contrato junto ao seu benefício, poderá abater o respectivo valor da quantia acima e devolver ao Reclamado somente a diferença.

Informa o fornecedor que este valor deverá ser creditado na conta bancária abaixo informada, no prazo de 3 dias úteis a contar do conhecimento desta defesa:

**BANCO DAYCOVAL S/A – 707
AGÊNCIA: 0001-9
CONTA: 300277-4
CNPJ: 62.232.889/0001-90**

**CHAVE PIX:
Agência: 0001
Conta Corrente: 300334-7**

Concluída a devolução da quantia acima, a consumidora deverá enviar o comprovante para o e-mail: controle@bancodaycoval.com.br informando seus dados pessoais e os dados do contrato a que se refere a devolução para que seja efetivado e concluído o processo de cancelamento da operação e de comando ao órgão empregador para a liberação da margem consignável.

Sugerimos que efetue a devolução pelo PIX, assim não haverá cobrança de tarifa na transferência. Caso opte pelo DOC/TED e se houver cobrança de taxa banco onde possui conta, esse valor poderá ser abatido do quanto a ser devolvido, limitado à quantia de R\$30,00, e com posterior apresentação do comprovante no e-mail acima indicado.

Importante destacar que, mesmo após a devolução dos valores e da solicitação ao órgão empregador para proceder a liberação de margem, podem ocorrer os

Banco Daycoval

Avenida Paulista, 1793 – São Paulo – SP – 01311-200 – Bela Vista.
PABX: (11)3138.0500 – fax: (11)3138.0400 – www.daycoval.com.br
DAYCOVAL.23728

denominados descontos de parcela em trânsito. A parcela em trânsito refere-se ao desconto já programado pelo órgão pagador ao tempo da solicitação da liberação de margem.

Todavia, caso isso ocorra, deverá a reclamante contatar o Daycoval através dos canais ao final indicados, o qual, procederá com a imediata restituição a consumidora.

Assim, é esta a proposta de solução que o Banco Daycoval realiza à consumidora.

II. Dos Esclarecimentos e da Regularidade da contratação

Em atenção à presente reclamação, esclarecemos primeiramente que a Consumidora não possui e nem nunca possuiu nenhuma operação de cartão de crédito consignado junto ao Banco Daycoval, mas apenas de empréstimo consignado.

Pois bem, apresentada a solução à consumidora, passemos a análise da regularidade da formalização da Cédula de Crédito Bancário emitida pela assistida em benefício do Banco Daycoval e da consequente legitimidade da averbação conforme demonstrativo em anexo.

- **Contrato de Empréstimo Consignado nº 50-9098324/21**

Trata-se de contrato consignado firmado em 09/04/21, no valor de R\$ 7.626,17, a ser liquidado em 84 parcelas de R\$ 178,00, com primeiro vencimento 10/06/2021 e último vencimento 10/05/2028.

BancoDaycoval		CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 50-9098324/21	
Empréstimo Consignado Local: SAO PAULO Data: 09/04/2021			
I – Credor: BANCO DAYCOVAL S.A., instituição financeira com sede na Avenida Paulista, nº 1.793, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 62.232.889/0001-90.			
II – Emitente: BITENILA SOARES ALVES			
E-mail:	CPF: 112.781.628-44	RG: 145911111	Dt de Nasc: 15/07/1955
Endereço: RUA CAPITAO DOS MARES, 11, - C N	CEP: 04235-470	Cidade: SAO PAULO	UF: SP
HELIOPOLIS			
Banco nº: 237	Agência nº: 1220	Conta nº: 1000023-8	
III – Características da Operação:			
a) Valor Principal do Crédito: R\$ 7.626,17	b) IOF: R\$ 235,06	c) Tarifa de Cadastro: R\$ 0,00	d) Juros: R\$ R\$ 7.325,83
		e) Taxa de Juros Prefixada: 1,7391 % a.m (30d) 22,9861 % a.a (360d)	
f) Valor total a pagar[principal e juros]: R\$ 14.952,00	g) Número de parcelas: 84	h) 1º Vencimento até: 10/06/2021	i) Vencimento Final: 10/05/2028
j) Valor de cada parcela: R\$ 178,00	k) Seguro: () Sim (X) Não Tipo:	l) Valor Líquido liberado: R\$ 7.391,11	m) Desembolso: () Ordens de Pagamento (X) Crédito em Conta Corrente do Emitente
n) Custo Efetivo Total (CET): 1,83 % a.m. / 24,74 % a.a, conforme demonstrativo de cálculo abaixo que integra esta CCB para todos os fins de direito.			
DEMONSTRATIVO DE CÁLCULO ELABORADO NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO CMN nº4.881/20, E QUE CONSIDERA OS DADOS ACIMA, REFLETINDO O CÁLCULO DO CUSTO EFETIVO TOTAL (CET) DESTA CCB.			
VALORES NEGOCIADOS			
A	Valor solicitado pelo consumidor	R\$ 7.391,11	96,92% (A.1/D.10)
A.1	Valor refinanciado dos contratos que o consumidor possui na instituição	R\$	0,00% (A.2/D.10)
A.2	Valor de portabilidade de contratos de outras instituições	R\$ 0,00	0,00% (A.3/D.10)
A.3	Valor total do crédito negociado	R\$ 7.391,11	96,92% (A.4/D.10)
A.4	DESPESAS VINCULADAS À CONCESSÃO DE CRÉDITO	R\$	% (B/D.10)
B	TRIBUTOS	R\$	% (B.1/D.10)
B.1	Valor total a ser financiado sem impostos (A.4)	R\$ 7.391,11	96,92% (B.1.1/D.10)
B.1.1	IOF – financiado: (X) sim () não	Alíquota: 0,00%	-
B.1.2	IOF – Aliquota adicional (decreto 6.339/08) financiado (X) sim () não	0,00% (única)	-
B.1.3	IOF	R\$	% (B.1.4/D.10)
B.1.4	TARIFAS	R\$	% (B.2/D.10)
B.2	SEGURO	R\$	% (B.3/D.10)
B.3	OUTROS	R\$	% (B.4/D.10)
B.4	SOMATÓRIO DAS PARCELAS	R\$ 14.952,00	-
C	DADOS DO FINANCIAMENTO		
D	Valor Total do Crédito Negociado	R\$ 14.952,00	-
D.1	Data do 1º vencimento	10/06/2021	-
D.2	Número de parcelas mensais	84	-
D.3	Taxa de juros Prefixada mensal (30 dias) e anual (360 dias)	1,7391% a.m	22,9861% a.a
D.4	Valor de cada parcela mensal	R\$ 178,00	-
D.5	IOF (financiado)	R\$ 235,06	3,08% (D.6/D.10)
D.6	Tarifa (financiado)	R\$	% (B.7/D.10)
D.7	Seguro (financiado)	R\$	% (B.8/D.10)
D.8	Outros (financiado)	R\$	% (B.9/D.10)
D.9	VALOR TOTAL FINANCIADO DEVIDO NO ATO DA CONTRATAÇÃO	R\$ 7.626,17	-
D.10	IV – Refinanciamento (conforme condições descritas no item III):		
Saldo devedor total: R\$ Contrato(s) nº(s):			
V – Pagamento a terceiros/Portabilidade:		Contrato(s) nº(s):	
Saldo devedor total:	Empresa/Instituição Financeira de Origem:	N/A	
R\$			
VI – Desconto:		CNPJ do Consignante:	
(X) folha de pagamento	Nome do Empregador ("Consignante"): INSS	29.979.036/0001-40	

Cumpre destacar que o valor de R\$ 235,06 foi destinado ao pagamento do

IOF e o montante de R\$ 7.391,11 foi efetivamente creditado em favor da reclamante,

conforme comprovante de crédito abaixo.

Banco Daycoval

Avenida Paulista, 1793 – São Paulo – SP – 01311-200 – Bela Vista.
PABX: (11)3138.0500 – fax: (11)3138.0400 – www.daycoval.com.br
DAYCOVAL.23728

Código Mensagem:	STR0007 - IF requisita Transferência de IF para conta de cliente
Num. Controle IF:	8727476
ISPB IF Debitada:	62232889 - BANCO DAYCOVAL S.A.
Tipo Pessoa Remetente:	J - Pessoa Jurídica
CNPJ ou CPF Remetente:	62232889000190
Nome Remetente:	BANCO DAYCOVAL S/A
ISPB IF Creditada:	60746948 - BRADESCO
Agência Creditada:	1220
Tipo Conta Creditada:	CC - Conta Corrente
Conta Creditada:	10000238
Tipo Pessoa Creditada:	F - Pessoa Física
CNPJ ou CPF Cliente Creditado Titular:	11278162844
Nome Cliente Creditado Titular:	BITENILA SOARES ALVES
Valor Lançamento:	7.391,11
Finalidade IF:	40 - Liberação de Operações de Crédito

Histórico:	LIB
Nível Preferência:	B - Maior
Data Movimento:	16/04/2021

Referida operação encontra-se ativa e até a presente data, 10 (dez) parcelas foram descontadas, conforme demonstrativo da operação em anexo.

Conforme se verifica a partir dos documentos que acompanham estes esclarecimentos, o contrato objeto da reclamação ora respondida, foi legitimamente formalizado e, de acordo com os documentos ora acostados, não há qualquer irregularidade na operação, isso porque, a toda evidência, a própria consumidora emitiu as respectivas Cédulas de Crédito Bancário em favor do Banco Daycoval, de modo que, isto só foi possível mediante apresentação, no momento da contratação, de todos os documentos necessários à formalização, negociação e efetiva contratação do mútuo, conforme comprovam cópias anexas a esta resposta.

Dentre os documentos, há cópia de documento de identificação, os dados bancários de titularidade da consumidora e a inequívoca assinatura no instrumento contratual, a qual só seria possível com a participação efetiva da consumidora, o que de fato ocorreu. Aliás,

Banco Daycoval

Avenida Paulista, 1793 – São Paulo – SP – 01311-200 – Bela Vista.
PABX: (11)3138.0500 – fax: (11)3138.0400 – www.daycoval.com.br
DAYCOVAL.23728

apenas a consumidora foi beneficiada com o crédito do valor mutuado [comprovante da TED anexa] o que reforça a tese de que nenhuma irregularidade macula esta contratação.

Ademais, a concessão do empréstimo foi precedida de todas as cautelas e providências previstas nas normas aplicáveis, baseando-se, inclusive, na prévia emissão de competente Cédulas de Crédito Bancário e verificação da identificação e assinatura do emitente, as quais SÃO LEGÍTIMAS, inclusive se comparadas à assinatura aposta no documento pessoal da consignante, tudo consoante documentos ora acostados.

ASSINATURA DA CCB	
ASSINATURA DOCUMENTO DO CONTRATO	

Dessa forma, ante a manifestação de vontade da cliente, com a respectiva assinatura das cédulas de crédito bancário, bem como, fornecimento de seus dados bancários e dos documentos que acompanham a formalização do contrato, além do comprovado pagamento, não há que se falar em desconhecimento da operação e muito menos em pagamento de eventual indenização.

Cumpre destacar que o fato do reclamado possibilitar o cancelamento da operação mediante a devolução do valor recebido pela consumidora não significa, em nenhuma hipótese, que houve eventual reconhecimento de culpa ou responsabilidade quanto às alegações da reclamante.

Demais disso, havendo a devolução dos valores recebidos por parte da consumidora ao Daycoval para cancelamento do contrato, conforme orientado no item anterior, todo e qualquer valor que eventualmente venha a ser descontados do benefício da contratante neste interim entre a devolução do crédito e a efetiva desaverbação da margem, serão imediatamente restituídos à consumidora, bastando que ela entre em contato com o Banco comprovando o desconto sofrido para ser imediatamente restituída.

Por fim, o Banco Daycoval coloca-se à disposição para eventuais dúvidas, através de seus canais de atendimento à consumidora: Serviço de Atendimento à cliente (SAC)

Banco Daycoval

Avenida Paulista, 1793 – São Paulo – SP – 01311-200 – Bela Vista.
PABX: (11)3138.0500 – fax: (11)3138.0400 – www.daycoval.com.br
DAYCOVAL.23728

através do telefone 0800 775 0500 ou com a Central de Atendimento (CAC) nos telefones 0300 111 0500 (capitais e regiões metropolitanas) ou 0800 775 2005 (demais localidades), SAC Cartões de Crédito 0800 880 6158 e Ouvidoria 0800 777 0900 e site Institucional <https://www.daycoval.com.br/institucional/central-atendimento>, bem como através do WhatsApp 55 11 99111 6583.

Ademais, visando pleno atendimento à reclamação, seguem em anexo: cópia do contrato, comprovante de pagamento, demonstrativo de descontos e o respectivo documento pessoal.

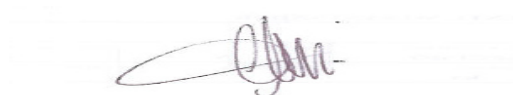
Sendo assim, conforme esclarecimentos prestados nesta resposta, o Daycoval coloca-se à disposição para eventuais esclarecimentos que se façam úteis ou necessários, aproveitando o ensejo para renovar seus protestos de elevada estima e apreço.

Termos em que, pede deferimento.

São Paulo, 22 de março de 2022.

Cordialmente,

BANCO DAYCOVAL S/A



ELIENE FÁTIMA CAMPOE BARBOSA

OAB/SP 240.802

I – Credor: BANCO DAYCOVAL S.A., instituição financeira com sede na Avenida Paulista, nº 1.793, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 62.232.889/0001-90.			
II – Emissor: CELEIDE RAMOS SILVA LORIERI			
E-mail:	CPF: 063.953.998-02	RG: 17723593-7	Dt de Nasc: 13/08/1964
Endereço: AVENIDA MARCOS PENTEADO DE ULHOA RO, 15, - TAMBORE	CEP: 06543-001	Cidade: SANTANA DE PARNAIBA	UF: SP
III – Características da Operação:			
a) Valor Principal do Crédito: R\$ 2.247,14	b) IOF: R\$ 68,84	c) Tarifa de Cadastro: R\$ 0,00	d) Juros: R\$ 2.159,50
e) Taxa de Juros Prefixada: 1,7561 % a.m (30d) 23,2325 % a.a (360d)	f) Valor total a pagar com Juros: R\$ 4.406,64	g) Número de parcelas: 84	h) 1º Vencimento até: 10/05/2021
i) Previsão último Vencimento: 10/04/2028	j) Valor de cada parcela: R\$ 52,46	k) Custo Efetivo Total (CET): 1,85% a.m. 25,00% a.a	l) Seguro: () Sim (X) Não Tipo:
m) Valor Líquido: R\$ 2.178,30	n) Desembolso: () Ordem(ns) de pagto. (X) Crédito em c/c beneficiário	o) Nome do Beneficiário: CELEIDE RAMOS SILVA LORIERI	
CPF ou CNPJ do Beneficiário: 063.953.998-02	Banco: 341	Agência: 0262	Conta corrente: 044115-7
p) Correspondente no País: BEVICRED INF CAD LTDA - ME			CNPJ: 07.452.085/0001-98
Nome do agente: ALAN DA SILVA KUMAMOTO GERES			CPF: 413.835.368-21
IV – Refinanciamento (conforme condições descritas no item III):			
Saldo devedor total: R\$	Contrato(s) nº(s):		
V – Pagamento a terceiros/Portabilidade:			
Saldo devedor total: R\$	Beneficiário:	Contrato(s) nº(s): N/A	
VI – Desconto: (X) folha de pagamento		Nome do Empregador: INSS	CNPJ: 29.979.036/0001-40

VII – Promessa de pagamento: Nas datas de Vencimento, pagarei por esta Cédula de Crédito Bancário ("CCB") ao Credor ou à sua ordem, na Praça de São Paulo/SP, a quantia líquida, certa e exigível mencionada no item III, "f", em moeda corrente nacional, nas datas e condições aqui estabelecidas. Esta CCB, cuja via negociável será exclusiva do Credor e regida pelas condições deste instrumento. "Vencimento" significa data de efetivo repasse de recursos ao Credor pelo Empregador e não a data de seu desconto. O termo "CCB" significa esta Cédula de Crédito Bancário e todos os seus aditivos.

1. O Valor Líquido (item III, "m") será aquele a ser creditado ao Emissor na forma definida na letra "n" do item III acima, exceto se o empréstimo for destinado à quitação de dívidas perante o Credor ou terceiros (itens IV ou V), quando então o valor corresponderá à diferença entre: a) o valor líquido acima descrito; e b) o valor pago para quitação da dívida ou a terceiros. 1.1. Não haverá liberação de recursos no caso de portabilidade de crédito. 1.2. As condições do empréstimo descritas no preâmbulo poderão sofrer alterações, em razão do prazo decorrido entre a simulação do empréstimo e a efetiva liberação de recursos ao Emissor, Credor ou terceiros (item III, "e", "k", "m", e "n") ("Data da Liberação") e serão indicados na planilha do Custo Efetivo Total (CET) enviada ao Emissor por SMS e/ou e-mail, na data da aprovação da operação. 1.3. O Emissor autoriza, de modo irrevogável a) o Empregador a descontar em folha de pagamento ou na sua remuneração disponível os valores referentes aos pagamentos da CCB; b) o INSS a proceder os descontos no benefício previdenciário dos valores referentes aos pagamentos da CCB, em favor do Credor, conforme previsto nos arts. 1º e 6º da Lei 10.820/03 e art. 154, VI do Decreto 3048/99. 1.4. O Emissor declara que a) recebeu antes da assinatura da CCB a planilha preliminar do CET; b) foi informado de forma clara, precisa e adequada os termos e condições da operação, incluindo o CET; c) o CET fixado na Planilha é expresso na forma de taxa percentual anual e inclui a Taxa de Juros Prefixada, Tarifa de Cadastro e IOF aplicáveis à CCB; d) poderá solicitar uma cópia da Planilha a qualquer tempo pelo SAC ou meios eletrônicos disponibilizados pelo Credor. 1.5. Sobre o Valor Principal do Crédito incidirão juros remuneratórios capitalizados diariamente à Taxa Prefixada no item III, "e", desde a Data da Liberação até a data da integral liquidação desta CCB junto ao Credor. 1.6. As parcelas serão devidas mensalmente, em seus Vencimentos e os juros serão calculados e capitalizados proporcional para períodos inferiores a 30 dias. 2. O Emissor obriga-se a pagar ao Credor o IOF e a Tarifa de Cadastro fixados no item III, também em caso de Refinanciamento, sendo calculado o IOF complementar sobre o saldo devedor total conforme a legislação, o que alterará o valor líquido. 2.1. Não haverá incidência de tarifas para empréstimos a aposentados e/ou pensionistas do INSS e/ou do Exército e demais Empregadores que tenham essa vedação. 3. O Emissor poderá liquidar antecipadamente o empréstimo, com redução proporcional de juros, devendo o valor presente ser calculado com a utilização da Taxa de Juros Prefixada no item III. 3.1. O boleto de liquidação antecipada poderá incluir parcelas já descontadas e

não repassadas ou previstas para descontos (parcelas em trânsito). Caso se identifique o desconto de alguma parcela após a liquidação do empréstimo, o valor descontado será devolvido ao Emitente, em até 15 dias, a contar da comprovação do desconto ou conforme determinado pelo Empregador. 4. Sobre qualquer valor devido e não liquidado pontualmente incidirão automaticamente, a Taxa de Juros Prefixadas, juros de mora de 1% a.m., multa moratória de 2%, desde a data do Vencimento até a data do integral pagamento e honorários advocatícios arbitrados pelo Poder Judiciário. 4.1. Poderá o Credor, de acordo com as regras do Empregador, a seu critério, desmembrar as parcelas originalmente pactuadas, adicionando parte ou o total de seu valor ao valor das parcelas em aberto, as quais terão sua quantidade mantida e seu vencimento prorrogado, caso a consignação não seja realizada por qualquer motivo, inclusive: a) cancelamento do benefício previdenciário pelo Empregador; b) suspensão temporária ou permanente de parte ou totalidade dos proventos; c) falta de desconto de valores pelo Empregador, na data de vencimento de cada prestação; ou d) perda de parte da remuneração que acarrete diminuição da margem consignável. 4.1.1. Nos casos previstos na Cláusula 4.1, o Emitente pagará o empréstimo mediante boleto bancário ou débito em conta informada no seu cadastro ou outras de sua titularidade. 4.1.2. O Emitente não será considerado inadimplente e/ou cobrado se não for repassado ao Credor o valor integral das parcelas averbadas e descontadas pelo Empregador, sendo vedado ao Credor a adoção de atos de cobrança relacionado a parcela, incluindo a realização de débito na sua conta e/ou sua inscrição nos cadastros restritivos de crédito. 4.2. Em caso de desconto parcial de parcela, o Emitente autoriza o Credor, de forma irrevogável a averbar parcialmente vários descontos parciais para efetivar o pagamento integral de cada parcela, devendo o Emitente usar a senha pessoal nos sistemas para incluir/averbar cada desconto parcial. 5. O empréstimo formalizado nesta CCB será declarado automático e antecipadamente vencido, independente de notificação ou formalidade, mediante: a) não pagamento pontual de qualquer parcela inclusive em decorrência de impossibilidade ou cancelamento da consignação; b) se for constatada a falsidade ou incompletude de qualquer informação ou documento fornecido ao Credor; c) insolvência do Emitente; d) inscrição do Emitente em órgão de restrição ao crédito; e) protesto não sustado ou execução não suspensa dentro do prazo legal contra o Emitente; f) demais hipóteses previstas em lei. 6. O Emitente, caso ocorra a sua aposentadoria na vigência da CCB, autoriza o Credor, de forma irrevogável e automática a averbar os descontos das parcelas em aberto no benefício previdenciário administrado pela autarquia do Regime Próprio de Previdência Social a que o Emitente esteja afiliado. 7. O Emitente declara, sob as penas da lei que: a) possui margem consignável e recursos para quitação do empréstimo desta CCB; b) manterá seus dados cadastrais e os dados de sua conta atualizados, apresentando ao Credor a documentação solicitada; c) o Credor poderá utilizar quaisquer créditos, saldos ou aplicações de titularidade do Emitente para amortização dos débitos desta CCB; d) todas as condições e riscos desta CCB foram por ele compreendidos e discutidos; e) o Credor está autorizado a ceder e endossar, no todo ou em parte, seus direitos e garantias da CCB a terceiros e prestar informações sobre o Emitente. 8. Na hipótese de rescisão do vínculo empregatício, 30% das verbas rescisórias deverão ser descontadas e repassadas pelo Empregador ao Credor para amortização do saldo devedor líquido, considerado como o valor presente das parcelas vincendas na data da amortização, descontado à Taxa de Juros Prefixada referente ao período não utilizado em razão da liquidação antecipada, a ser informado pelo Credor ao Empregador, por escrito ou meio eletrônico, devendo o Emitente pagar o saldo restante ao Credor se a quantia descontada for insuficiente para a quitação integral da CCB. 9. O Emitente concorda, de forma irrevogável que, na hipótese de morte ou invalidez, o Credor poderá também utilizar o produto de indenização de seguro para amortizar o empréstimo, ficando este, os seus herdeiros e sucessores responsáveis solidários pelo saldo devedor remanescente, observado as regras do Empregador. 9.1. A tolerância por parte do Credor do descumprimento de qualquer obrigação desta CCB será considerada mera liberalidade, não constituindo novação, alteração ou precedente. 10. Eventual alteração de cláusulas deverá ser objeto de aditivo assinado pelas partes. 11. As partes obrigam-se por si e seus sucessores, ao cumprimento da CCB. 12. O Emitente para fins de notificação, citação ou intimação, nos termos dos arts. 190, 246, V e 513, §2º, III, do CPC, informa o e-mail indicado no item II. 12.1. O Emitente obriga-se a manter válidos e atualizados os endereços indicados no item II durante a vigência da CCB, sob pena de considerarem-se válidas as comunicações enviadas. 13. O Emitente autoriza, de modo irrevogável, o Credor, as empresas integrantes do grupo econômico do Credor, as instituições que possam consultar o Sistema de Informações de Créditos ("SCR") do Banco Central do Brasil ("BCB") nos termos da regulamentação vigente, e que adquiram ou recebam em garantia, ou manifestem interesse de adquirir ou receber em garantia, total ou parcialmente, operações de crédito de responsabilidade do Emitente, a consultar as informações consolidadas sobre essas operações. 13.1. O Emitente declara-se ciente de que a) o SCR tem por objetivo prover informações ao BCB, para fins de monitoramento do crédito no sistema financeiro e para o exercício de suas atividades de fiscalização e propiciar o intercâmbio de informações entre instituições financeiras, conforme art. 1º, § 1º da Lei 105/2001, sobre o montante de responsabilidades de clientes em operações de crédito, b) os dados das operações de crédito do Emitente serão registradas pelo Credor no SCR, c) são de exclusiva responsabilidade das instituições remetentes as inclusões de informações no SCR, a identificação de operações de crédito que se encontrem sub judice, o cumprimento de determinações judiciais, fornecimento de informações dessas determinações e o registro de manifestações de discordância apresentadas pelos contratantes, bem como de outras condições e anotações necessárias a garantir a completude, a fidedignidade e a integridade da informação sobre operações de crédito, e d) o procedimento a ser adotado pelo Emitente junto ao Credor para correção ou exclusão de informações remetidas pelo Daycoval ao SCR, o cadastramento de medida judicial e o registro de manifestação de discordância quanto às informações remetidas pelo Credor ao SCR deverá ser verificado pelo Emitente junto ao SAC Daycoval. 14. Fica eleito o Foro da Comarca do local de emissão desta CCB para solução de conflitos.

Local e data: _____

Emitente: _____

 ASSINATURA

RE-SET CANCELLED/PAID/EX-100/100 8500-1

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE JUSTIÇA

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

8500-1

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE JUSTIÇA

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO



Handwritten signature

SECRETARIA DE JUSTIÇA

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

RE-SET CANCELLED/PAID/EX-100/100 8500-1

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE JUSTIÇA

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

17.723.593-7 26/ JUL/2005

CEQUEIDE RAMOS SILVA LORIERI

MAXIMIANO ADRIANO DA SILVA

E MARIA APARECIDA RAMOS DA SILVA

CORINTO - MG

MAUA-SP

MAUA

CC: LV. 8179/PLS. 212 / N. 052511

063953998/02 FIS 10853944838

13/ AGO/1964

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

SECRETARIA DE JUSTIÇA

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, CELEIDE RAMOS SILVA LORIERI (nome completo sem abreviaturas), BRASILEIRO (nacionalidade), portador (a) da carteira de identidade/RG/RNE nº 17723593 / 7, inscrito (a) no CPF sob nº 063 . 953 . 998 - 02, declaro, nos termos da Lei 7.115/83, ser residente e domiciliado à AVENIDA MARCOS PENTEADO DE ULHOA - 15 (inserir endereço: rua, avenida, número e complemento), Bairro TAMBORE, Cidade SANTANA DE PARNAIBA, Estado SP, CEP: 06543001. Estou ciente e concordo que a alteração de meu domicílio deverá ser imediatamente comunicada por escrito ao Banco Daycoval S.A.

Declaro ainda, estar ciente de que a falsidade da presente declaração pode implicar na sanção prevista no art. 299 do Código Penal, sem prejuízo das sanções civis e administrativas.

SAO PAULO, 09 de MARCO de 2021.



DECLARANTE

Instruções INTERNAS:

Declaro ainda, estar ciente de que a falsidade da presente declaração pode implicar na sanção prevista no art. 299 do Código Penal, sem prejuízo das sanções civis e administrativas.

Extrato de Pagamentos

Detalhamento de Crédito

Número do Benefício:

154.040.231-0

Nome do Segurado:

CELEIDE RAMOS DA SILVA

Competência:

03/2021

Período a que se refere o crédito:

01/03/2021 a 31/03/2021

Pagamento através de:

CONTA CORRENTE

Espécie:

42 APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUICAO

Banco:

ITAU

Agência bancária:

S PAULO AV PAULISTA

Código da agência:

53756

Endereço do banco:

AV PAULISTA 1948 - B.VISTA - SAO PAULO/SP

Disponível para recebimento de:

06/04/2021 a 31/05/2021

C R É D I T O S	
Descrição das Rubricas	Valor
Mens. reajustada	1.076,79
D É B I T O S	
Consig. Emprést.	300,59
Consig. Emprést.	285,00

Valor Bruto	Valor dos Descontos	Valor Líquido
1.076,79	585,59	491,20

Este extrato vale para simples conferência

De: [Ouvidoria Daycoval](#) em nome de [/o=DAYCOVAL/ou=Exchange Administrative Group \(FYDIBOHF23SPDLT\)/cn=Recipients/cn=Ouvidoria Daycoval6b4](#)
Para: ["soldatopocelaide@uol.com.br"](mailto:soldatopocelaide@uol.com.br)
Assunto: CELEIDE RAMOS SILVA LORIERI - Ouvidoria Banco Daycoval
Data: segunda-feira, 10 de maio de 2021 18:48:00
Anexos: [REEMBOLSO 52,46.pdf](#)
[image001.png](#)

Prezado (a) Senhor (a),

Em atenção à manifestação encaminhada à nossa Ouvidoria, identificamos em nosso sistema o contrato de empréstimo consignado com utilização de margem livre nº: 50-8606862/21, integrado na data 19/03/2021, quando foi liberado o crédito de R\$2.178,30, a seu favor para pagamento em 84 parcelas de R\$52,46, cada.

Apuramos que o(a) senhor(a) já buscou nossos canais de atendimento com o mesmo pedido desta demanda, recebeu as orientações pertinentes, sobretudo, quanto a necessidade de devolução do crédito liberado na sua conta para o Banco Daycoval, foi fornecido os dados bancários e assim que recebido o valor a operação seria cancelada e sua margem liberada.

Localizamos a devolução e o contrato foi cancelado, sua margem também liberada.

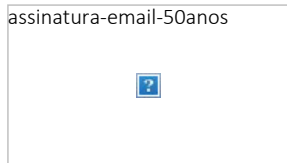
Cumpramos que identificamos uma parcela no valor de R\$52,46, descontada na folha de abril de 2021, por estar em trânsito no momento do cancelamento do contrato/liberação da margem. Ou seja, o desconto foi após a data de corte da folha pelo empregador, não caracterizando desconto indevido.

Dessa forma, assim que identificamos o desconto e após o repasse pelo órgão empregador, providenciamos o ressarcimento de nos dados bancários cadastrados, conforme comprovante que segue anexo.

Se houver dúvidas, pedimos que contate nossos canais de atendimento: SAC - 0800 775 0500, CAC – 0300 111 0500 e OUIVITORIA – 0800 777 0900.

Cordialmente,

assinatura-email-50anos



Ouvidoria
0800 777 0900
Banco Daycoval S.A
www.daycoval.com.br

I – Credor: BANCO DAYCOVAL S.A. , instituição financeira com sede na Avenida Paulista, nº 1.793, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob n.º 62.232.889/0001-90.			
II – Emitente: JOSE ELSON FERREIRA DOS SANTOS			
E-mail:	CPF: 301.104.596-87	RG: 00635773850	Dt de Nasc: 26/05/1954
Endereço: RUA, 562, - ST HAB SAMAMBAIA V PIRES	CEP: 72001-175	Cidade: BRASILIA	UF: DF
III – Características da Operação:			
a) Valor Principal do Crédito: R\$ 4.434,49	b) IOF: R\$ 136,85	c) Tarifa de Cadastro: R\$ 0,00	d) Juros: R\$ 4.259,51
e) Taxa de Juros Prefixada: 1,7356 % a.m (30d) 22,9348 % a.a (360d)	f) Valor total a pagar com Juros: R\$ 8.694,00	g) Número de parcelas: 84	h) 1º Vencimento até: 10/06/2021
i) Previsão último Vencimento: 10/05/2028	j) Valor de cada parcela: R\$ 103,50	k) Custo Efetivo Total (CET): 1,83% a.m. 24,68% a.a	l) Seguro: () Sim (X) Não Tipo:
m) Valor Líquido: R\$ 4.297,64	n) Desembolso: () Ordem(ns) de pagto. (X) Crédito em c/c beneficiário	o) Nome do Beneficiário: JOSE ELSON FERREIRA DOS SANTOS	
CPF ou CNPJ do Beneficiário: 301.104.596-87	Banco: 104	Agencia: 2893	Conta corrente: 00000010088-2
p) Correspondente no País: ZJ OPERADORA DE CREDITO LTDA - ME			CNPJ: 12.061.140/0001-59
Nome do agente: ANA LAURA DE NOGUEIRA FEITAL			CPF: 044.148.178-70
IV – Refinanciamento (conforme condições descritas no item III):			
Saldo devedor total: R\$	Contrato(s) nº(s):		
V – Pagamento a terceiros/Portabilidade:			
Saldo devedor total: R\$	Beneficiário:	Contrato(s) nº(s): N/A	
VI – Desconto: (X) folha de pagamento		Nome do Empregador: INSS	CNPJ: 29.979.036/0001-40

VII – Promessa de pagamento: Nas datas de Vencimento, pagarei por esta Cédula de Crédito Bancário ("CCB") ao Credor ou à sua ordem, na Praça de São Paulo/SP, a quantia líquida, certa e exigível mencionada no item III, "f", em moeda corrente nacional, nas datas e condições aqui estabelecidas. Esta CCB, cuja via negociável será exclusiva do Credor e regida pelas condições deste instrumento. "Vencimento" significa data de efetivo repasse de recursos ao Credor pelo Empregador e não a data de seu desconto. O termo "CCB" significa esta Cédula de Crédito Bancário e todos os seus aditivos.

1. O Valor Líquido (item III, "m") será aquele a ser creditado ao Emitente na forma definida na letra "n" do item III acima, exceto se o empréstimo for destinado à quitação de dívidas perante o Credor ou terceiros (itens IV ou V), quando então o valor corresponderá à diferença entre: a) o valor líquido acima descrito; e b) o valor pago para quitação da dívida ou a terceiros. 1.1. Não haverá liberação de recursos no caso de portabilidade de crédito. 1.2. As condições do empréstimo descritas no preâmbulo poderão sofrer alterações, em razão do prazo decorrido entre a simulação do empréstimo e a efetiva liberação de recursos ao Emitente, Credor ou terceiros (item III, "e", "k", "m", e "n") ("Data da Liberação") e serão indicados na planilha do Custo Efetivo Total (CET) enviada ao Emitente por SMS e/ou e-mail, na data da aprovação da operação. 1.3. O Emitente autoriza, de modo irrevogável a) o Empregador a descontar em folha de pagamento ou na sua remuneração disponível os valores referentes aos pagamentos da CCB; b) o INSS a proceder os descontos no benefício previdenciário dos valores referentes aos pagamentos da CCB, em favor do Credor, conforme previsto nos arts. 1º e 6º da Lei 10.820/03 e art. 154, VI do Decreto 3048/99. 1.4. O Emitente declara que a) recebeu antes da assinatura da CCB a planilha preliminar do CET; b) foi informado de forma clara, precisa e adequada os termos e condições da operação, incluindo o CET; c) o CET fixado na Planilha é expresso na forma de taxa percentual anual e inclui a Taxa de Juros Prefixada, Tarifa de Cadastro e IOF aplicáveis à CCB; d) poderá solicitar uma cópia da Planilha a qualquer tempo pelo SAC ou meios eletrônicos disponibilizados pelo Credor. 1.5. Sobre o Valor Principal do Crédito incidirão juros remuneratórios capitalizados diariamente à Taxa Prefixada no item III, "e", desde a Data da Liberação até a data da integral liquidação desta CCB junto ao Credor. 1.6. As parcelas serão devidas mensalmente, em seus Vencimentos e os juros serão calculados e capitalizados proporcional para períodos inferiores a 30 dias. 2. O Emitente obriga-se a pagar ao Credor o IOF e a Tarifa de Cadastro fixados no item III, também em caso de Refinanciamento, sendo calculado o IOF complementar sobre o saldo devedor total conforme a legislação, o que alterará o valor líquido. 2.1. Não haverá incidência de tarifas para empréstimos a aposentados e/ou pensionistas do INSS e/ou do Exército e demais Empregadores que tenham essa vedação. 3. O Emitente poderá liquidar antecipadamente o empréstimo, com redução proporcional de juros, devendo o valor presente ser calculado com a utilização da Taxa de Juros Prefixada no item III. 3.1. O boleto de liquidação antecipada poderá incluir parcelas já descontadas e

não repassadas ou previstas para descontos (parcelas em trânsito). Caso se identifique o desconto de alguma parcela após a liquidação do empréstimo, o valor descontado será devolvido ao Emitente, em até 15 dias, a contar da comprovação do desconto ou conforme determinado pelo Empregador. **4.** Sobre qualquer valor devido e não liquidado pontualmente incidirão automaticamente, a Taxa de Juros Prefixadas, juros de mora de 1% a.m., multa moratória de 2%, desde a data do Vencimento até a data do integral pagamento e honorários advocatícios arbitrados pelo Poder Judiciário. **4.1.** Poderá o Credor, de acordo com as regras do Empregador, a seu critério, desmembrar as parcelas originalmente pactuadas, adicionando parte ou o total de seu valor ao valor das parcelas em aberto, as quais terão sua quantidade mantida e seu vencimento prorrogado, caso a consignação não seja realizada por qualquer motivo, inclusive: a) cancelamento do benefício previdenciário pelo Empregador; b) suspensão temporária ou permanente de parte ou totalidade dos proventos; c) falta de desconto de valores pelo Empregador, na data de vencimento de cada prestação; ou d) perda de parte da remuneração que acarrete diminuição da margem consignável. **4.1.1.** Nos casos previstos na Cláusula 4.1, o Emitente pagará o empréstimo mediante boleto bancário ou débito em conta informada no seu cadastro ou outras de sua titularidade. **4.1.2.** O Emitente não será considerado inadimplente e/ou cobrado se não for repassado ao Credor o valor integral das parcelas averbadas e descontadas pelo Empregador, sendo vedado ao Credor a adoção de atos de cobrança relacionado a parcela, incluindo a realização de débito na sua conta e/ou sua inscrição nos cadastros restritivos de crédito. **4.2.** Em caso de desconto parcial de parcela, o Emitente autoriza o Credor, de forma irrevogável a averbar parcialmente vários descontos parciais para efetivar o pagamento integral de cada parcela, devendo o Emitente usar a senha pessoal nos sistemas para incluir/averbar cada desconto parcial. **5.** O empréstimo formalizado nesta CCB será declarado automático e antecipadamente vencido, independente de notificação ou formalidade, mediante: a) não pagamento pontual de qualquer parcela inclusive em decorrência de impossibilidade ou cancelamento da consignação; b) se for constatada a falsidade ou incompletude de qualquer informação ou documento fornecido ao Credor; c) insolvência do Emitente; d) inscrição do Emitente em órgão de restrição ao crédito; e) protesto não sustado ou execução não suspensa dentro do prazo legal contra o Emitente; f) demais hipóteses previstas em lei. **6.** O Emitente, caso ocorra a sua aposentadoria na vigência da CCB, autoriza o Credor, de forma irrevogável e automática a averbar os descontos das parcelas em aberto no benefício previdenciário administrado pela autarquia do Regime Próprio de Previdência Social a que o Emitente esteja afiliado. **7.** O Emitente declara, sob as penas da lei que: a) possui margem consignável e recursos para quitação do empréstimo desta CCB; b) manterá seus dados cadastrais e os dados de sua conta atualizados, apresentando ao Credor a documentação solicitada; c) o Credor poderá utilizar quaisquer créditos, saldos ou aplicações de titularidade do Emitente para amortização dos débitos desta CCB; d) todas as condições e riscos desta CCB foram por ele compreendidos e discutidos; e) o Credor está autorizado a ceder e endossar, no todo ou em parte, seus direitos e garantias da CCB a terceiros e prestar informações sobre o Emitente. **8.** Na hipótese de rescisão do vínculo empregatício, 30% das verbas rescisórias deverão ser descontadas e repassadas pelo Empregador ao Credor para amortização do saldo devedor líquido, considerado como o valor presente das parcelas vincendas na data da amortização, descontado à Taxa de Juros Prefixada referente ao período não utilizado em razão da liquidação antecipada, a ser informado pelo Credor ao Empregador, por escrito ou meio eletrônico, devendo o Emitente pagar o saldo restante ao Credor se a quantia descontada for insuficiente para a quitação integral da CCB. **9.** O Emitente concorda, de forma irrevogável que, na hipótese de morte ou invalidez, o Credor poderá também utilizar o produto de indenização de seguro para amortizar o empréstimo, ficando este, os seus herdeiros e sucessores responsáveis solidários pelo saldo devedor remanescente, observado as regras do Empregador. **9.1.** A tolerância por parte do Credor do descumprimento de qualquer obrigação desta CCB será considerada mera liberalidade, não constituindo novação, alteração ou precedente. **10.** Eventual alteração de cláusulas deverá ser objeto de aditivo assinado pelas partes. **11.** As partes obrigam-se por si e seus sucessores, ao cumprimento da CCB. **12.** O Emitente para fins de notificação, citação ou intimação, nos termos dos arts. 190, 246, V e 513, §2º, III, do CPC, informa o e-mail indicado no item II. **12.1.** O Emitente obriga-se a manter válidos e atualizados os endereços indicados no item II durante a vigência da CCB, sob pena de considerarem-se válidas as comunicações enviadas. **13.** O Emitente autoriza, de modo irrevogável, o Credor, as empresas integrantes do grupo econômico do Credor, as instituições que possam consultar o Sistema de Informações de Créditos ("SCR") do Banco Central do Brasil ("BCB") nos termos da regulamentação vigente, e que adquiram ou recebam em garantia, ou manifestem interesse de adquirir ou receber em garantia, total ou parcialmente, operações de crédito de responsabilidade do Emitente, a consultar as informações consolidadas sobre essas operações. **13.1.** O Emitente declara-se ciente de que a) o SCR tem por objetivo prover informações ao BCB, para fins de monitoramento do crédito no sistema financeiro e para o exercício de suas atividades de fiscalização e propiciar o intercâmbio de informações entre instituições financeiras, conforme art. 1º, § 1º da Lei 105/2001, sobre o montante de responsabilidades de clientes em operações de crédito, b) os dados das operações de crédito do Emitente serão registradas pelo Credor no SCR, c) são de exclusiva responsabilidade das instituições remetentes as inclusões de informações no SCR, a identificação de operações de crédito que se encontrem sub judice, o cumprimento de determinações judiciais, fornecimento de informações dessas determinações e o registro de manifestações de discordância apresentadas pelos contratantes, bem como de outras condições e anotações necessárias a garantir a completude, a fidedignidade e a integridade da informação sobre operações de crédito, e d) o procedimento a ser adotado pelo Emitente junto ao Credor para correção ou exclusão de informações remetidas pelo Daycoval ao SCR, o cadastramento de medida judicial e o registro de manifestação de discordância quanto às informações remetidas pelo Credor ao SCR deverá ser verificado pelo Emitente junto ao SAC Daycoval. **14.** Fica eleito o Foro da Comarca do local de emissão desta CCB para solução de conflitos.

Local e data: _____ Emitente: _____

 ASSINATURA

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, JOSE ELSON FERREIRA DOS SANTOS , BRASILEIRO(A) (nacionalidade) , portador (a) da carteira de identidade/RG/RNE nº 00635773850, inscrito (a) no CPF sob nº 301.104.596-87, declaro, nos termos da Lei 7.115/83, ser residente e domiciliado à RUA, 562, , ST HAB SAMAMBAIA V PIRES, BRASILIA, DF, CEP: 72001-175. Estou ciente e concordo que a alteração de meu domicílio deverá ser imediatamente comunicada por escrito ao Banco Daycoval S.A.

Declaro ainda, estar ciente de que a falsidade da presente declaração pode implicar na sanção prevista no art. 299 do Código Penal, sem prejuízo das sanções civis e administrativas.

Local e data: Brasília - DF, 07 de AbriL de 2021

Emitente: _____ 

 ASSINATURA

Se o Cliente é analfabeto ou impedido de assinar: este declara, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, que ouviu atentamente a leitura deste requerimento, concordou com seus termos e condições e autorizou o signatário identificado abaixo a realizar a assinatura deste a rogo (Rogado), na presença de 02 testemunhas, as quais igualmente estão identificadas abaixo.

Polegar do Emitente


Rogado: _____


Nome: _____

CPF: _____

 ASSINATURA

Testemunhas:

1. _____ 

2. _____ 

Nome: _____

Nome: _____

CPF: _____

CPF: _____

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

VALIDA EM TODOS
O TERRITÓRIO NACIONAL
917455166

917455166

PROIBIDO PLASTIFICAR

917455166

11/01/2019

NOME
JOSE ELSON FERREIRA DOS SANTOS

DOC. IDENTIDADE / CNH / PASSAPORTE / UF
M1470956 SSP MG

CPF
301.104.596-87

DATA NASCIMENTO
26/05/1954

PLACAS
ANTONIO DA ROCHA
FERREIRA
LUIZA GONCALVES DOS
SANTOS

PERMISSAO
ACC

CAT. HABILITACAO
B

Nº REGISTRO
00635773850

VALIDADEZ
04/06/2019

1ª HABILITACAO
31/01/1987

OBSERVAÇÕES

A

REPRESENTANTE DO PORTADOR

LOCAL
BRASILIA-DISTRITO FEDERAL, DF

DATA EMISSAO
16/06/2014

34480079619

07737158034

DETRAN-DF (DISTRITO FEDERAL)

I – Credor: BANCO DAYCOVAL S.A., instituição financeira com sede na Avenida Paulista, nº 1.793, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob n.º 62.232.889/0001-90.

II – Emissor: JOSE LUIZ DA SILVA

E-mail:	CPF: 833.632.708-87	RG: 14718281-5	Dt de Nasc: 16/11/1952
Endereço: RUA ITAPURA, 12, AP 73 – JD PAULISTA	CEP: 14090-082	Cidade: RIBEIRAO PRETO	UF: SP

III – Características da Operação:

a) Valor do Crédito (principal): R\$ 1.185,96	b) IOF: R\$ 35,54	c) Tarifa de Cadastro: R\$ 0,00	d) Juros: R\$ 1.129,56
e) Taxa de Juros pré-fixada: 2,0450% a.m (30d) 27,4977 % a.a (360d)	f) Valor Total a pagar com Juros: R\$ 2.315,52	g) Número de Parcelas: 72	h) 1º Vencimento até: 10/03/2020
i) Previsão Último Vencimento: 10/02/2026	j) Valor de cada parcela: R\$ 32,16	k) Custo Efetivo Total (CET): 2,15% a.m. 29,60% a.a.	l) Seguro: () Sim (X) Não Tipo:
m) Valor Líquido: R\$ 1.150,42	n) Desembolso: () Ordem(ns) de pagto. (X) Crédito(s) em c/c beneficiário	o) Nome do beneficiário: JOSE LUIZ DA SILVA	
CPF ou CNPJ do Beneficiário: 833.632.708-87		Banco: 237	Agência: 3890
p) Correspondente no País: LR INFORMACOES CAD E COB		Conta Corrente: 0012281-5	
Nome do Agente: RENAN COELHO DE SA		CNPJ: 16.418.028/0001-83	
		CPF: 105.220.527-54	

IV – Refinanciamento (conforme condições descritas no item III):

Saldo Devedor Total: R\$
Contrato(s) nº(s):

V – Pagamento a Terceiros/Portabilidade:

Saldo Devedor Total: Beneficiário: Contrato(s) nº(s): N/A

VI – Desconto: (X) folha de pagamento Nome do Empregador: INSS CNPJ: 29.979.036/0001-40

VII – Promessa de pagamento: Nas datas de Vencimento, pagarei por esta Cédula de Crédito Bancário ("CCB") ao Credor ou à sua ordem, na Praça de São Paulo/SP, a quantia líquida, certa e exigível mencionada no item III, "f", em moeda corrente nacional, nas datas e condições aqui estabelecidas. Esta CCB, cuja via negociável será exclusiva do Credor e regida pelas condições deste instrumento. "Vencimento" significa data de efetivo repasse de recursos ao Credor pelo Empregador e não a data de seu desconto. O termo "CCB" significa esta Cédula de Crédito Bancário e todos os seus aditivos.

1. O Valor Líquido (item III, "m") será aquele a ser creditado ao Emissor na forma definida na letra "n" do item III acima, exceto se o empréstimo for destinado à quitação de dívidas perante o Credor ou terceiros (itens IV ou V), quando então o valor corresponderá à diferença entre: a) o valor líquido acima descrito; e b) o valor pago para quitação da dívida ou a terceiros. 1.1. Não haverá liberação de recursos no caso de portabilidade de crédito. 1.2. As condições do empréstimo descritas no preâmbulo poderão sofrer alterações, em razão do prazo decorrido entre a simulação do empréstimo e a efetiva liberação de recursos ao Emissor, Credor ou terceiros (item III, "e", "k", "m, e "n") ("Data da Liberação") e serão indicados na planilha do Custo Efetivo Total (CET) enviada ao Emissor por SMS e/ou e-mail, na data da aprovação da operação. 1.3. O Emissor autoriza, de modo irrevogável a) o Empregador a descontar em folha de pagamento ou na sua remuneração disponível os valores referentes aos pagamentos da CCB; b) o INSS a proceder os descontos no benefício previdenciário dos valores referentes aos pagamentos da CCB, em favor do Credor, conforme previsto nos arts. 1º e 6º da Lei 10.820/03 e art. 154, VI do Decreto 3048/99. 1.4. O Emissor declara que a) recebeu antes da assinatura da CCB a planilha preliminar do CET; b) foi informado de forma clara, precisa e adequada os termos e condições da operação, incluindo o CET; c) o CET fixado na Planilha é expresso na forma de taxa percentual anual e inclui a Taxa de Juros Prefixada, Tarifa de Cadastro e IOF aplicáveis à CCB; d) poderá solicitar uma cópia da Planilha a qualquer tempo pelo SAC ou meios eletrônicos disponibilizados pelo Credor. 1.5. Sobre o Valor Principal do Crédito incidirão juros remuneratórios capitalizados diariamente à Taxa Prefixada no item III, "e", desde a Data da Liberação até a data da integral liquidação desta CCB junto ao Credor. 1.6. As parcelas serão devidas mensalmente, em seus Vencimentos e os juros serão calculados e capitalizados proporcional para períodos inferiores a 30 dias. 2. O Emissor obriga-se a pagar ao Credor o IOF e a Tarifa de Cadastro fixados no item III, também em caso de Refinanciamento, sendo calculado o IOF complementar sobre o saldo devedor total conforme a legislação, o que alterará o valor líquido. 2.1. Não haverá incidência de tarifas para empréstimos a aposentados e/ou pensionistas do INSS e/ou do Exército e demais Empregadores que tenham essa vedação. 3. O Emissor poderá liquidar antecipadamente o empréstimo, com redução proporcional de juros, devendo o valor presente ser calculado com a utilização da Taxa de Juros Prefixada no item III. 3.1. O boleto de liquidação antecipada poderá incluir parcelas já descontadas e

não repassadas ou previstas para descontos (parcelas em trânsito). Caso se identifique o desconto de alguma parcela após a liquidação do empréstimo, o valor descontado será devolvido ao Emitente, em até 15 dias, a contar da comprovação do desconto ou conforme determinado pelo Empregador. 4. Sobre qualquer valor devido e não liquidado pontualmente incidirão automaticamente, a Taxa de Juros Prefixadas, juros de mora de 1% a.m., multa moratória de 2%, desde a data do Vencimento até a data do integral pagamento e honorários advocatícios arbitrados pelo Poder Judiciário. 4.1. Poderá o Credor, de acordo com as regras do Empregador, a seu critério, desmembrar as parcelas originalmente pactuadas, adicionando parte ou o total de seu valor ao valor das parcelas em aberto, as quais terão sua quantidade mantida e seu vencimento prorrogado, caso a consignação não seja realizada por qualquer motivo, inclusive: a) cancelamento do benefício previdenciário pelo Empregador; b) suspensão temporária ou permanente de parte ou totalidade dos proventos; c) falta de desconto de valores pelo Empregador, na data de vencimento de cada prestação; ou d) perda de parte da remuneração que acarrete diminuição da margem consignável. 4.1.1. Nos casos previstos na Cláusula 4.1, o Emitente pagará o empréstimo mediante boleto bancário ou débito em conta informada no seu cadastro ou outras de sua titularidade. 4.1.2. O Emitente não será considerado inadimplente e/ou cobrado se não for repassado ao Credor o valor integral das parcelas averbadas e descontadas pelo Empregador, sendo vedado ao Credor a adoção de atos de cobrança relacionado a parcela, incluindo a realização de débito na sua conta e/ou sua inscrição nos cadastros restritivos de crédito. 4.2. Em caso de desconto parcial de parcela, o Emitente autoriza o Credor, de forma irrevogável a averbar parcialmente vários descontos parciais para efetivar o pagamento integral de cada parcela, devendo o Emitente usar a senha pessoal nos sistemas para incluir/averbar cada desconto parcial. 5. O empréstimo formalizado nesta CCB será declarado automático e antecipadamente vencido, independente de notificação ou formalidade, mediante: a) não pagamento pontual de qualquer parcela inclusive em decorrência de impossibilidade ou cancelamento da consignação; b) se for constatada a falsidade ou incompletude de qualquer informação ou documento fornecido ao Credor; c) insolvência do Emitente; d) inscrição do Emitente em órgão de restrição ao crédito; e) protesto não sustado ou execução não suspensa dentro do prazo legal contra o Emitente; f) demais hipóteses previstas em lei. 6. O Emitente, caso ocorra a sua aposentadoria na vigência da CCB, autoriza o Credor, de forma irrevogável e automática a averbar os descontos das parcelas em aberto no benefício previdenciário administrado pela autarquia do Regime Próprio de Previdência Social a que o Emitente esteja afiliado. 7. O Emitente declara, sob as penas da lei que: a) possui margem consignável e recursos para quitação do empréstimo desta CCB; b) manterá seus dados cadastrais e os dados de sua conta atualizados, apresentando ao Credor a documentação solicitada; c) o Credor poderá utilizar quaisquer créditos, saldos ou aplicações de titularidade do Emitente para amortização dos débitos desta CCB; d) todas as condições e riscos desta CCB foram por ele compreendidos e discutidos; e) o Credor está autorizado a ceder e endossar, no todo ou em parte, seus direitos e garantias da CCB a terceiros e prestar informações sobre o Emitente. 8. Na hipótese de rescisão do vínculo empregatício, 30% das verbas rescisórias deverão ser descontadas e repassadas pelo Empregador ao Credor para amortização do saldo devedor líquido, considerado como o valor presente das parcelas vincendas na data da amortização, descontado à Taxa de Juros Prefixada referente ao período não utilizado em razão da liquidação antecipada, a ser informado pelo Credor ao Empregador, por escrito ou meio eletrônico, devendo o Emitente pagar o saldo restante ao Credor se a quantia descontada for insuficiente para a quitação integral da CCB. 9. O Emitente concorda, de forma irrevogável que, na hipótese de morte ou invalidez, o Credor poderá também utilizar o produto de indenização de seguro para amortizar o empréstimo, ficando este, os seus herdeiros e sucessores responsáveis solidários pelo saldo devedor remanescente, observado as regras do Empregador. 9.1. A tolerância por parte do Credor do descumprimento de qualquer obrigação desta CCB será considerada mera liberalidade, não constituindo novação, alteração ou precedente. 10. Eventual alteração de cláusulas deverá ser objeto de aditivo assinado pelas partes. 11. As partes obrigam-se por si e seus sucessores, ao cumprimento da CCB. 12. O Emitente para fins de notificação, citação ou intimação, nos termos dos arts. 190, 246, V e 513, §2º, III, do CPC, informa o e-mail indicado no item II. 12.1. O Emitente obriga-se a manter válidos e atualizados os endereços indicados no item II durante a vigência da CCB, sob pena de considerarem-se válidas as comunicações enviadas. 13. O Emitente autoriza, de modo irrevogável, o Credor, as empresas integrantes do grupo econômico do Credor, as instituições que possam consultar o Sistema de Informações de Créditos ("SCR") do Banco Central do Brasil ("BCB") nos termos da regulamentação vigente, e que adquiram ou recebam em garantia, ou manifestem interesse de adquirir ou receber em garantia, total ou parcialmente, operações de crédito de responsabilidade do Emitente, a consultar as informações consolidadas sobre essas operações. 13.1. O Emitente declara-se ciente de que a) o SCR tem por objetivo prover informações ao BCB, para fins de monitoramento do crédito no sistema financeiro e para o exercício de suas atividades de fiscalização e propiciar o intercâmbio de informações entre instituições financeiras, conforme art. 1º, § 1º da Lei 105/2001, sobre o montante de responsabilidades de clientes em operações de crédito, b) os dados das operações de crédito do Emitente serão registradas pelo Credor no SCR, c) são de exclusiva responsabilidade das instituições remetentes as inclusões de informações no SCR, a identificação de operações de crédito que se encontrem sub judice, o cumprimento de determinações judiciais, fornecimento de informações dessas determinações e o registro de manifestações de discordância apresentadas pelos contratantes, bem como de outras condições e anotações necessárias a garantir a completude, a fidedignidade e a integridade da informação sobre operações de crédito, e d) o procedimento a ser adotado pelo Emitente junto ao Credor para correção ou exclusão de informações remetidas pelo Daycoval ao SCR, o cadastramento de medida judicial e o registro de manifestação de discordância quanto às informações remetidas pelo Credor ao SCR deverá ser verificado pelo Emitente junto ao SAC Daycoval. 14. Fica eleito o Foro da Comarca do local de emissão desta CCB para solução de conflitos.

Local e data: _____ Emitente: José Luiz da Silva


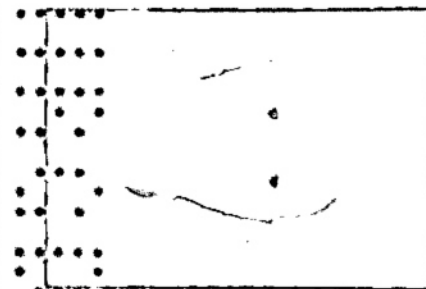
 ASSINATURA

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 8700-7

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

416E7771 *José Luiz da Silva*

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

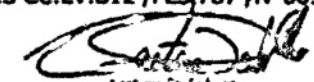
14.718.281-5 2 via 13/06/2017

JOSÉ LUIZ DA SILVA

SALVELINA MARIA DE JESUS

CANAPI - AL 16/11/1952

GUARIBA-SP PRADÓPOLIS CC:LV.B12 /FLS.787 /Nº00599

833632708/87 

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 28/03/83

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, JOSE LUIZ DA SILVA, BRASILEIRO, portador (a) da carteira de identidade/RG/RNE nº 14718281-5, inscrito (a) no CPF sob nº 833.632.708-87, declaro, nos termos da Lei 7.115/83, ser residente e domiciliado RUA ITAPURA, N 12, Bairro JD PAULISTA, Cidade RIBEIRAO PRETO Estado SP, CEP 14090082. Estou ciente e concordo que a alteração de meu domicílio deverá ser imediatamente comunicada por escrito ao Banco Daycoval S.A.

Declaro ainda, estar ciente de que a falsidade da presente declaração pode implicar na sanção prevista no art. 299 do Código Penal, sem prejuízo das sanções civis e administrativas.

RIBEIRAO PRETO, 04 FEVEREIRO de 2020.

Jose Luiz da Silva

DECLARANTE

Instruções INTERNAS:

Declaro ainda, estar ciente de que a falsidade da presente declaração pode implicar na sanção prevista no art. 299 do Código Penal, sem prejuízo das sanções civis e administrativas.

RES: OFÍCIO SEI​ Nº 652/2022/DIRBEN-INSS - Processo nº 35014.298353/2022-89. (PARTE 2)

conveniosconsignado <conveniosconsignado@bancodaycoval.com.br>

Dom, 31/07/2022 19:14

Para: STADM DIRBEN <stadm.dirben@inss.gov.br>

Cc: financeira.inss

<financeira.inss@bancodaycoval.com.br>;implatacaooperacional@bancodaycoval.com.br
<implatacaooperacional@bancodaycoval.com.br>;Ouvidoria Daycoval
<ouvidoria.daycoval@bancodaycoval.com.br>;Eliene Fatima Campoe Barbosa
<eliene.barbosa@bancodaycoval.com.br>;Jonas Alves dos Santos Arrais
<jonas.arrais@bancodaycoval.com.br>;Anilson Fieker Pedrozo
<anilson.pedrozo@bancodaycoval.com.br>;Nilo Cavarzan <nilo@bancodaycoval.com.br>;Cristiano Sanchez de Oliveira <cristiano.sanchez@bancodaycoval.com.br>;Fernanda Costa
<fernanda.costa@bancodaycoval.com.br>;conveniosconsignado
<conveniosconsignado@bancodaycoval.com.br>

Você não costuma receber emails de conveniosconsignado@bancodaycoval.com.br. [Saiba por que isso é importante](#)

Boa noite.

Prezados.

Anexo está apresentação de defesa em relação a todas as manifestações, recomendações, reclamações, determinações judiciais e denúncias constantes nos autos do Processo SEI/INSS nº 35014.298353/2022-89, bem como em relação às demais condutas aqui mencionadas, que apontam indícios de conduta irregular por parte do BANCO DAYCOVAL S.A., bem como oportunizar à Instituição Financeira apresentar todo e qualquer meio de prova em contrário às irregularidades.

Todo o processo também realizado dentro do sistema SEI do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.

APRESENTAÇÃO DOS CONTRATOS E DEMAIS DOCUMENTAÇÕES:

- APARECIDA DE F M NASCIMENTO
- BITENILA SOARES ALVES
- CELEIDE RAMOS SILVA LORIERI
- DANIEL VIEIRA DE SOUZA FILHO
- JOSE ELSON FERREIRA DOS SANTOS
- JOSE LUIZ DA SILVA

Atenciosamente.

**Equipe Convênios**

Financeira Consignado – Convênios

conveniosconsignado@bancodaycoval.com.br

Tel: (11) 3138-0666 / 3138-0832

Banco Daycoval S.A

www.daycoval.com.br

-----Mensagem original-----

De: INSS/Serviço Técnico Administrativo da DIRBEN <stadm.dirben@inss.gov.br>

Enviada em: sexta-feira, 22 de julho de 2022 14:36

Para: financeira.inss <financeira.inss@bancodaycoval.com.br>; conveniosconsignado

<conveniosconsignado@bancodaycoval.com.br>; implatacaooperacional@bancodaycoval.com.br; Ouvidoria

Daycoval <ouvidoria.daycoval@bancodaycoval.com.br>

Assunto: OFÍCIO SEI Nº 652/2022/DIRBEN-INSS - Processo nº 35014.298353/2022-89.

Prezados,

Encaminhamos o OFÍCIO SEI Nº 652/2022/DIRBEN-INSS, Brasília, 22 de julho de 2022.

Por favor, acusar o recebimento.

Att.

Belchior dos Reis Jesuino

Serviço Técnico Administrativo/DIRBEN/INSS